



**CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO / CIÊNCIAS
AGRÁRIAS**

MAYARA SOARES SOUSA

**A LUTA PELA EDUCAÇÃO DO CAMPO NA COMUNIDADE SÃO MANOEL E OS
DESAFIOS DA ESCOLA UNIDADE INTEGRADA JOSÉ NOGUEIRA**

Bacabal - MA

2025

MAYARA SOARES SOUSA

**A LUTA PELA EDUCAÇÃO DO CAMPO NA COMUNIDADE SÃO MANOEL E OS
DESAFIOS DA ESCOLA UNIDADE INTEGRADA JOSÉ NOGUEIRA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências de Bacabal, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Educação do Campo com ênfase em Ciências Agrárias sob orientação do Professor Dr. Pedro Henrique Gomes Xavier.

Bacabal – MA

2025

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Soares Sousa, Mayara.

A Luta pela Educação do Campo na Comunidade São Manoel e os desafios da escola Unidade Integrada José Nogueira : a Luta pela Educação do Campo A Luta pela Educação do Campo na Comunidade São Manoel e os desafios da escola Unidade Integrada José Nogueira / Mayara Soares Sousa. - 2025.

68 p.

Orientador(a): Pedro Henrique Gomes Xavier.

Curso de Educação do Campo, Universidade Federal do Maranhão, Bacabal-ma, 2025.

1. Resistência. 2. Movimentos Sociais. 3. Reforma Agrária. 4. Práticas Pedagógicas. 5. Justiça Social. I. Gomes Xavier, Pedro Henrique. II. Título.

Diretoria Integrada de Bibliotecas

MAYARA SOARES SOUSA

**A LUTA PELA EDUCAÇÃO DO CAMPO NA COMUNIDADE SÃO MANOEL E OS
DESAFIOS DA ESCOLA UNIDADE INTEGRADA JOSÉ NOGUEIRA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao curso de Licenciatura em Educação do
Campo da Universidade Federal do Maranhão,
Centro de Ciências de Bacabal, como requisito
parcial para a obtenção do título de Licenciada
em Educação do Campo.

Aprovado em: 13 /09/ 2025

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Pedro Henrique Gomes Xavier – Orientador(a)
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Raimundo Edson Pinto Botelho– 1ª Membro
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Ms. Jessé Lima da Silva – 2ª Membro Externo
União das Escolas Famílias Agrícolas do Maranhão

BACABAL-MA

2025

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, pela força, sabedoria e luz em cada etapa desta caminhada.

À minha família, por todo amor, apoio, e incentivo ao longo da minha trajetória acadêmica. Sem vocês, nada disso faria sentido.

Aos professores e professoras que contribuíram de forma significativa com a minha formação, compartilhando não apenas conhecimentos, mas também experiência e valores.

Aos amigos, amigas e colegas de caminhada, pela parceria, apoio constante e todos os momentos de construção coletiva, que contribuíram tanto para minha formação acadêmica, quanto para formação de laços afetivos. Vocês tornaram os dias mais leves, mais significativos e inesquecíveis.

Ao meu orientador, prof. Dr. Pedro Henrique Gomes Xavier que me guiou com sabedoria, paciência, respeito e dedicação ao longo deste trabalho, contribuindo imensamente para o meu crescimento acadêmico e pessoal.

Ao Programa de Educação Tutorial (PET), pelo apoio formativo e pela oportunidade de vivenciar experiências que ampliaram minha visão crítica e meu compromisso social com a educação. De forma especial, ao ex. tutor do PET Prof. Dr. Emerson Dalla Chieza pelo apoio e incentivo, por sempre acreditar que eu poderia ir além, pois foi através das pesquisas do programa que tive a ideia de aprofundamento neste trabalho.

A todas e todos que de forma direta ou indireta contribuíram para conclusão da minha formação acadêmica, minha eterna gratidão.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso aborda a trajetória de luta da comunidade São Manoel, localizada no município de Lago do Junco - MA, com foco na experiência da Escola Unidade Integrada José Nogueira. A pesquisa tem como objetivo compreender de que forma as lutas pela terra e pela educação marcaram a história da comunidade e como a escola tem se organizado pedagogicamente a partir das matrizes formativas da educação do campo. A investigação foi guiada pela seguinte questão central: *como a escola do campo pode se organizar a partir das matrizes formativas da educação do campo*. A metodologia adotada envolveu uma abordagem qualitativa, com base em revisão bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com moradores e lideranças da comunidade, além da análise de documentos escolares e comunitários. A pesquisa também se apontou em autores que discutem a educação do campo como fruto da luta dos movimentos sociais por escola que valorize a identidade camponesa e respeite os saberes populares. Os resultados evidenciam que a comunidade São Manoel possui uma trajetória marcada pela resistência e organização popular, com destaque para a conquista da terra, o livre acesso aos babaçuais e a construção de uma educação contextualizada. A criação de escola Unidade Integrada José Nogueira e de outras instituições como a Escola Família Agrícola Antônio Fontenele e o Centro Familiar de Formação por Alternância Manoel Monteiro são frutos desse processo coletivo, pautado na valorização das práticas culturais, da produção agroecológica e da formação cidadã dos camponeses e camponesas.

Palavras-chave: Resistência; Movimentos Sociais; Reforma Agrária; Práticas Pedagógicas; Justiça Social.

ABSTRACT

This Final Course Work addresses the struggle of the São Manoel community, located in the municipality of Lago do Junco - MA, focusing on the experience of the José Nogueira Integrated Unit School. The research aims to understand how the struggles for land and education have marked the history of the community and how the school has organized pedagogically based on the formative matrices of rural education. The investigation was guided by the following central question: how can rural schools organize themselves based on the formative matrices of rural education? The methodology adopted involved a qualitative approach, based on bibliographic review, documentary research, and field research. Semi-structured interviews were conducted with community residents and leaders, in addition to analyzing school and community documents. The research also pointed to authors who discuss rural education as a result of social movements' struggles for schools that value peasant identity and respect popular knowledge. The results show that the São Manoel community has a history marked by resistance and popular organization, highlighting achievements such as land conquest, free access to babaçu groves, and the construction of contextualized education. The creation of the José Nogueira Integrated Unit School and other institutions such as the Antônio Fontenele Agricultural Family School and the Manoel Monteiro Family Center for Alternating Education are fruits of this collective process, grounded in valuing cultural practices, agroecological production, and citizens' formation among peasants.

Keywords: Resistance; Social Movements; Agrarian Reform; Pedagogical Practices; Social Justice.

.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
1.1 Objetivo Geral	11
1.2 Objetivos Específicos	11
2 RELAÇÃO DA PESQUISADORA COM O CAMINHAR DA PESQUISA	14
3 METODOLOGIA.....	20
3.1 Caracterização do local e amostra	21
4 REFERENCIAL TEÓRICO	24
4.1 A educação do campo e marcos históricos	24
4.2 A luta pela Educação do Campo no Maranhão	28
5 TRAJETÓRIA DA COMUNIDADE SÃO MANOEL: LUTA POR TERRA E EDUCAÇÃO	32
5.1 A Luta pela Terra e a garantia de políticas públicas para os povos do campo	33
5.1.1 A luta pela Educação na Comunidade São Manoel.....	36
5.2 A luta pela Educação do Campo via escola local pública em São Manoel.....	39
5.3 O Projeto Político Pedagógico da Escola de São Manoel e a Organização do Trabalho Pedagógico.....	44
5.3.1 Escola, território e resistência na construção da identidade na comunidade São Manoel.....	53
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	61
REFERÊNCIAS	64
APÊNDICES	

1 INTRODUÇÃO

A Educação do Campo surge do processo de luta dos movimentos sociais, emergindo como crítica à realidade da educação neoliberal que tem crescido a partir da década de 1970, particularmente à educação destinada aos povos do campo (Santos, 2020). Desse modo, destaca-se que a Educação do Campo é fruto da luta dos movimentos sociais do campo que têm buscado uma educação construída a partir das necessidades dos povos do campo. É fundamental reconhecer que os movimentos sociais buscam, além do aprender a ler e a escrever, uma educação que trabalhe em conjunto com o lugar e a realidade dos estudantes, mais especificamente o campo, trazendo a valorização das culturas para dentro das salas de aula.

O presente trabalho aborda a luta pela Educação do Campo na comunidade São Manoel, situada no município de Lago do Junco, na região do Médio Mearim, no estado do Maranhão, e os desafios enfrentados pela escola Unidade Integrada José Nogueira no que se refere às experiências e metodologias que garantem a permanência e aprendizagem dos estudantes. Para tanto, este trabalho tem como objetivo debater a garantia de acesso a uma educação de qualidade para as populações que vivem e trabalham no campo, abordando não apenas o ensino de conteúdos didáticos, mas também a construção de saberes que engloba e valoriza a cultura, as tradições, as lutas por direitos e práticas sustentáveis na melhoria de vida e acesso à educação dos povos do campo.

Silva (2020) afirma que a Educação do Campo, como um processo histórico, vincula-se diretamente às lutas dos trabalhadores do campo organizados na forma de movimento social. No caso específico, organizados a partir do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), que nos processos de luta pela terra e de vida digna nos assentamentos reivindicaram o direito à educação.

O MST é um dos principais expoentes da Educação do Campo no Brasil. No município de Lago do Junco – MA, especialmente na comunidade São Manoel, outros movimentos sociais também se destacam por sua atuação em defesa de direitos sociais, políticas públicas, educação, valorização e empoderamento feminino como a Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (ASSEMA), Cooperativa de Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco (COPPALJ), e a Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais (AMTR). Essas Instituições estão interligadas e abrangem desde o

direito a educação até a defesa dos territórios e livre acesso aos babaçuais, tendo como origem o enfrentamento à exploração do babaçu e à concentração fundiária imposta pelo latifúndio.

Nesse sentido, o processo de luta por uma educação do campo fundamenta-se na necessidade de acesso a políticas públicas que atendam às demandas educacionais dos povos camponeses. Por meio dessa luta, busca-se garantir um direito social essencial, qual seja a formação dos sujeitos do campo, visando ao desenvolvimento das comunidades. Para isso, é essencial que a educação seja pautada nas matrizes formativas da educação do campo, valorizando a cultura e as identidades. Além disso, uma educação adequada pode contribuir significativamente para o aprimoramento das atividades agrícolas, que são as principais fontes de sustento para os camponeses extrativistas. Ao promover um ensino que respeite e integre as especificidades da vida no campo, pode-se potencializar as práticas da agricultura camponesa.

A Organização do Trabalho Pedagógico nas escolas do campo é marcada por uma história de luta e resistência dos trabalhadores/as do campo que pensavam em uma educação do e no campo para que os filhos/as pudessem ter o direito de estudar e trabalhar sem precisar sair do campo. Segundo Caldart (2011), a Educação do Campo é representada por um fenômeno da realidade atual, no qual os trabalhadores do campo e suas entidades buscam melhorias sobre política de educação a partir dos interesses sociais da sociedade camponesa, com objetivos de remeter à valorização do trabalho, da cultura, do reconhecimento das lutas sociais, entre lógicas da agricultura e concepções de política pública de educação e formação humana.

O acesso às escolas do campo é marcado por lutas e enfrenta uma série de desafios até hoje, como problemas de infraestrutura, acesso a recursos educacionais e formação para os professores do ensino básico, falta de recursos financeiros que impactam diretamente no desenvolvimento educacional dos povos do campo. A realidade brasileira vem apresentando, historicamente, fortes desigualdades nos aspectos sociais, econômicos e culturais, principalmente nas áreas rurais, resultantes da dominação econômica e da hegemonia cultural capitalista, o que contribui para o atraso na qualidade de vida da população camponesa e a negação dos seus direitos (Alves; Santos, 2015).

Outra relação importante a se debater nas escolas do campo é a materialização da gestão democrática, que vem se tornando um desafio que demanda atenção, esforços e lutas

contínuas, pois as escolas do campo enfrentam uma série de problemas que dificultam a participação de todos no processo educativo.

Em virtude dos altos índices de analfabetismo e baixos níveis de escolaridade presentes em nosso país, que revelam graves problemas decorrentes destes, a educação em todos os seus níveis tem se tornado objeto de políticas públicas dos governos federal, estaduais e municipais. A realidade do analfabetismo na sociedade brasileira é ainda mais alarmante quando deslocamos nosso olhar para o campo (Alves; Santos, 2015, p. 05).

O envolvimento com o tema está relacionado ao desejo de registrar as conquistas da comunidade, especialmente no que diz respeito ao acesso à educação e à valorização de um espaço que respeite as culturas e os valores dos povos camponeses. Ao longo da trajetória acadêmica, desde a educação básica até a graduação, tive a oportunidade de usufruir dessas conquistas. Portanto, sinto a responsabilidade de documentar esse processo de luta, incluindo os desafios enfrentados, que evidenciam a resistência necessária para alcançar direitos e políticas públicas voltadas para as pessoas do campo.

A questão que orienta esta pesquisa vai ao encontro de: como a escola do campo pode se organizar a partir das matrizes formativas da Educação do Campo? Para garantir que essa pergunta seja respondida ao rigor metodológico e científico, abordaram-se os objetivos a seguir descritos.

1.1. Objetivo Geral

Compreender como a luta pela terra e pela educação esteve presente na comunidade São Manoel, em Lago do Junco - MA, e como a escola Unidade Integrada José Nogueira tem trabalhado com algumas matrizes formativas da Educação do Campo.

1.2. Objetivos Específicos

- - Sistematizar a Educação do Campo no Maranhão;
- - Identificar a luta pela terra e a luta pela educação na comunidade São Manoel, no município do Lago do Junco - MA;
- - Analisar como a escola Unidade Integrada José Nogueira tem organizado o trabalho pedagógico a partir das matrizes formativas da Educação do Campo.

Esta pesquisa justifica-se pela necessidade de ter a Educação como direito fundamental de todos os cidadãos, independentemente de sua localização geográfica. No entanto, muitas vezes as escolas localizadas no campo não possuem as mesmas condições e oportunidades que as escolas urbanas, a começar pelos conteúdos apresentados em sala de aula. É crucial trabalhar a vivência e realidade dos estudantes para garantir melhor conhecimento e compreensão dos mesmos.

É fundamental registrar o processo de luta pela educação do campo e os desafios enfrentados nas escolas, o que permite compreender a desigualdade que existe no processo de educação, a falta de recursos, infraestrutura adequada e formação de professores de qualidade. Logo, importa evidenciar como essencial para a busca de caminhos de superação e desenvolvimento da igualdade educacional. Ao estudar a luta pela educação do campo, reflete-se acerca de todos terem acesso a esta de qualidade, bem como de propor políticas e estratégias que promovam o desenvolvimento sustentável no campo e valorizem a cultura e identidade que as escolas do campo desempenham.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa deu-se na abordagem descritiva de uma revisão bibliográfica, de natureza qualitativa, com apoio em diversos autores com suas narrativas voltadas para o processo de construção e luta pela educação do campo, e entrevistas com moradores e lideranças da comunidade São Manoel, tomando como base estudos realizados e vivências no cotidiano.

Com o aporte metodológico utilizado e uma metodologia diversificada, que inclui pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo e pesquisa documental, essa combinação possibilitou uma abordagem ampla e integrada que contribuiu para um entendimento profundo sobre as dinâmicas educacionais da Educação do Campo na escola José Nogueira e a sua relação com a comunidade São Manoel.

O presente trabalho está organizado em capítulos que abordam desde a trajetória pessoal da pesquisadora até a análise das práticas educacionais na comunidade São Manoel. O segundo capítulo apresenta a relação da pesquisadora com o caminhar da pesquisa, evidenciando a conexão pessoal e acadêmica com o tema. O terceiro capítulo detalha a metodologia utilizada, caracterizando o local e a amostra da pesquisa. O quarto capítulo desenvolve o referencial teórico, abordando os marcos históricos da educação do campo e sua implementação no Maranhão. Neste contexto destacamos que a luta pela terra e pela educação se tornou um instrumento de emancipação e resistência, construindo uma

identidade e cultura dos sujeitos que vivem e lutam pela permanência na terra. Para tratar desses temas, dialogamos com autores como Silva (2024), Neto e Amaral (2021), Santos e Tavares (2026), Molina (2009), Caldart (2004), Arroyo (2007), dentre outros.

O quinto capítulo analisa a trajetória da comunidade São Manoel, focando nas lutas pela terra e pela educação, além da organização do trabalho pedagógico da escola local. Por fim, as considerações finais sintetizam os principais achados e reflexões decorrentes desta investigação.

2 RELAÇÃO DA PESQUISADORA COM O CAMINHAR DA PESQUISA

Sou filha, neta, bisneta, de quebradeira de coco babaçu e agricultor familiar. Meus pais e avós sempre trabalharam na roça, produzindo arroz, feijão, milho, mandioca, legumes e outros produtos que compõem a alimentação diária da família. Os itens que não vinham da lavoura eram adquiridos com a venda das amêndoas de babaçu. Minha relação com a educação do campo nasce da vivência familiar e da realidade coletiva da minha comunidade com ancestralidade.

No entanto, para ter livre acesso aos babaçuais, as mulheres quebradeiras de coco, bem como as de outras comunidades, precisaram resistir às ameaças de fazendeiros que impediam a coleta do babaçu. Unindo forças, formaram a Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais (AMTR), que, com determinação, criaram um projeto culminando na aprovação da Lei Babaçu Livre, garantindo o acesso aos babaçuais. Este processo de luta articula não somente o acesso ao extrativismo, incide a conquista da terra, organização da produção da comunidade, luta por educação e escolas do campo abertas e em funcionamento.

Desde a minha infância, sou membro da Igreja Católica Apostólica Romana, que foi uma importante instituição que estava na liderança e apoio no processo de articulação luta pela terra da comunidade por meio da Teologia da Libertação, um espaço onde as famílias da minha comunidade se reúnem para fortalecer a religiosidade e discutir questões de luta e resistência do povo da comunidade. Essas reuniões não apenas promovem a espiritualidade, mas também são fundamentais para abordar temas cruciais como a luta por terra, questões ambientais, enfrentamento ao agronegócio, organização de mutirões, coletividade, solidariedade, viver no campo entre outros interesses comuns, a igreja tem desempenhado um papel vital na defesa dos direitos dos agricultores e na promoção da justiça social no município de Lago do Junco.

Através de iniciativas comunitárias, ela incentiva a solidariedade entre os membros, promovendo o diálogo sobre as dificuldades enfrentadas por aqueles que vivem no campo. Essa união é essencial para fortalecer a voz da comunidade em questões que afetam diretamente suas vidas, como o acesso livre aos babaçuais, à terra e à educação. Assim, a Igreja Católica não é apenas um espaço de fé, mas também um agente ativo na luta pela dignidade e pelos direitos dos que vivem na comunidade São Manoel.

Desde cedo percebi que, para acessar a educação, meus familiares e outras pessoas ao meu redor precisavam lutar pelo direito a uma educação que respeitasse e atendesse às especificidades do campo. Essa trajetória foi marcada por um intenso processo de união, luta e resistência, que começou com a conquista da terra — que não é só a terra, mas também a luta por acesso à geração de economia, ao livre acesso aos babaçuais e à obtenção de políticas públicas que reconhecessem as necessidades dos povos camponeses, incluindo a educação. Antes, o poder político que estava no Legislativo não oferecia oportunidades para filhos de trabalhadores ou pessoas pobres terem acesso à educação.

Foi a partir dessa luta coletiva que tive a oportunidade de trilhar meu caminho educacional, desde o ensino fundamental até o ensino médio e, posteriormente, a universidade. Essas instituições não apenas ofereceram conhecimento, mas também seguiram as diretrizes da educação do campo, refletindo a realidade e os desafios que vivemos diariamente. Essa conexão com minha história e com o lugar onde moro fortalece ainda mais meu compromisso em pesquisar e contribuir para a melhoria da educação no contexto camponês. Acredita-se que o acesso à educação é essencial para o empoderamento das comunidades rurais e para a preservação de seus valores culturais, tornando esse tema especialmente relevante para mim. A educação não apenas proporciona oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional, mas também fortalece a capacidade das comunidades de manter suas tradições e modos de vida.

Cursei os primeiros anos do ensino fundamental na escola Unidade Integrada José Nogueira na comunidade São Manoel, uma escola do município que fica a poucos metros da minha residência, onde a mesma já havia passado por reformas mas ainda assim tinha pouca estrutura, as turmas funcionavam de forma regular, com um ambiente mais formal e metodologias de ensino tradicional, foi onde passei o processo de alfabetização, já as séries finais do ensino fundamental, cursei na Escola Família Agrícola Antônio Fontenele-EFAAF, a primeira escola de modalidade da Pedagogia da Alternância do município de Lago do Junco, também situada na comunidade São Manoel.

Em 2014 prestei seletivo para ingressar no Centro Familiar de Formação por Alternância Manoel Monteiro CEFFAMM, escola de ensino médio integrado ao curso técnico profissionalizante, também no município de Lago do Junco uma escola como fruto da luta e organização dos trabalhadores rurais, o CEFFA atende estudantes de diversos

municípios trazendo a relação de aulas teóricas e práticas com funcionamento também na pedagogia da alternância.

Desse modo, os movimento de juventudes do território também faz parte da minha trajetória, inicialmente a partir da Associação de Jovens Rurais(AJR), é uma instituição construída por grupos jovens de diversas comunidades que buscam a valorização da identidade da juventude rural, e políticas que atendem as demandas dos jovens do campo, oportunizando participar de oficinas e formações que tratem sobre políticas públicas, questões ambientais, artesanato entre outras experiências que trazem a valorização da cultura e identidade do povo camponês.

A educação do campo é de extrema importância, pois valoriza as vivências e a cultura dos povos camponeses, adaptando o ensino à realidade dos estudantes. Esse enfoque não apenas enriquece a identidade das comunidades rurais, mas também promove o desenvolvimento local e o trabalho em grupo. A educação do campo é resultado direto da luta dos movimentos sociais, que buscam interesses comuns e melhorias na qualidade de vida dos grupos que representam. Assim, ela se torna um instrumento fundamental para fortalecer a autonomia e a dignidade das comunidades camponesas.

A Associação em Áreas de Assentamento do Estado do Maranhão (ASSEMA) sempre esteve presente contribuindo de forma direta na formação educacional da comunidade São Manoel desde o início de construção da primeira escola até os dias atuais, aos seis anos de idade comecei a participar do projeto promovido pela instituição que chamava vínculo solidário, o mesmo atuava com atividades lúdica promovendo a interação de crianças jovens e adultos da comunidades com o passar dos anos a logística do projeto mudou e passou a ser trabalhada temáticas educacionais, sociais e ambientais a partir de atividades, diálogos, roda de conversas e brincadeiras, com objetivo de integração entre ensino e relação social.

Em 2018 ao fazer dezoito anos e completar idade máxima em ser atendida pelo projeto fui desligada do programa como participante e passei a ingressar na equipe de organização e atuação nas atividades que são realizadas em 16 municípios do Médio Mearim que teve alteração no nome e passou a ser chamado de Amiguinhos da ASSEMA um projeto que hoje funciona com nova nomenclatura chamado de PLECA (Projeto de Lazer Educação e Cidadania da ASSEMA). Este projeto é uma parceria com a Actionaid uma rede de apoio que atua com financiamento de recursos por cada criança cadastrada no projeto, a partir

desse recurso é possível realizar as atividades, e também a realização de ações para o beneficiamento das comunidades carentes, o mesmo visa juntamente com as secretarias municipais de educação e associações comunitárias levar para as crianças, adolescentes e comunidades que são sócias da ASSEMA, uma temática. Seja social, ambiental, étnica ou racial, a partir de atividades como palestras, rodas de conversas, brincadeiras e momentos de descontração trazendo a relação educacional com o lazer e vivência das comunidades.

As atividades são realizadas em duas etapas. No primeiro semestre do ano a equipe realiza uma visita nas comunidades trabalhando uma temática diferente em cada ano e no segundo semestre é realizado um intercâmbio onde reúnem as comunidades de cada município para um momento de confraternização. Durante o período que foram três meses visitando diversas comunidades na região do centro Maranhense e na microrregião do Médio Mearim, pude observar a organização e articulação das comunidades e grupos sociais comunitários tanto para a realização das atividades do projeto como organizações do viver em comunidade é possível perceber a luta e resistência dos moradores para conseguirem o acesso à educação e as políticas públicas necessárias para o seu desenvolvimento, essa experiência traz uma relação e aproximação com a valorização da identidade e cultura das comunidades camponesas e da importância dos movimentos sociais na formação das comunidades.

No ano de 2017, fiz o vestibular para cursar a Licenciatura em Educação do Campo com habilitação em Ciências Agrárias, e no segundo semestre de 2018 teve início às aulas. Momento oportuno de aprofundamento teórico e epistemológico no campo da educação, especialmente nas questões agrárias que me envolvem no território. Minha trajetória na universidade foi marcada desde a aprovação pela emoção de poder ingressar em uma universidade pública e sem sair do campo, sabendo que esta é uma conquista marcada pela luta de trabalhadores e que dar seguimento a uma trajetória quem vem sendo construída junto a minha existência coletiva.

A sensação de estar em um ambiente novo, conhecer professores, colegas e vivenciar uma rotina acadêmica foi uma experiência nova e desafiadora marcada pela ansiedade e desejo de chegar ao final de mais um ciclo desta trajetória. A dinâmica do curso trazendo a organicidade, ensino por alternância e convivência com os colegas traz uma experiência já vivenciadas nos anos anteriores, o que me fez sentir em um ambiente mais familiar fazendo fortalecer os laços de amizade e trocas de experiências pois a maioria dos estudantes vieram

do campo tendo lutas e interesses comum, a superação de dificuldades em disciplinas desafiadoras que ajudam a desenvolver habilidades críticas enriquecendo a formação e contribuindo para um melhor desenvolvimento crítico e social.

Minha jornada acadêmica ganhou um novo impulso quando, por meio de um seletivo fui convidada a trabalhar como bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET), um projeto que integra ensino, pesquisa e extensão de forma dinâmica. Nesse ambiente enriquecedor, tive a oportunidade de participar de diversas atividades que transformaram minha experiência universitária.

Desde a organização de eventos acadêmicos até a promoção de debates sobre temas relevantes, cada atividade foi uma chance de aprofundar meu conhecimento e compartilhar ideias com colegas. As leituras e os resumos expandidos não apenas ampliaram minha visão sobre questões inerentes a Educação do Campo, mas também me prepararam para socialização da luta dos movimentos sociais do campo em seminários, congressos e outros eventos acadêmicos, e com essa oportunidade explorar e discutir com outros públicos, os problemas que afetam nossa comunidade.

As pesquisas realizadas junto à comunidade local e os demais integrantes do grupo foram especialmente significativas. Elas não só me conectaram com a realidade ao meu redor, mas também despertaram meu interesse por temas que estão presentes em nossa realidade. Além disso, as formações e atividades com pessoas fora da universidade enriqueceram ainda mais minha perspectiva.

Para além do valor recebido no final de cada mês que tem contribuído com as despesas de passagens e mantimentos pessoais garantindo a permanência no curso, as atividades de formações feitas pelo Tutor do programa Emerson Dalla Chieza que durante o curso teve alteração sendo assumido pelo professor André Flávio Gonçalves Silva que juntamente com professores externos têm contribuído com a minha formação como estudante e no desenvolvimento das disciplinas do curso, promovendo a interação e criando laços de companheirismo entre os participantes que marcaram significativamente esta trajetória.

Esse programa tornou-se uma peça fundamental para meu desenvolvimento acadêmico. As experiências vividas no PET não apenas promoveram um aprendizado profundo, mas também melhoraram meu engajamento e socialização. As oportunidades de desenvolver habilidades como oratória e interação me ajudaram a cultivar um pensamento

crítico e a valorizar o trabalho coletivo. Assim, ser parte do PET foi mais do que uma experiência acadêmica, foi uma verdadeira transformação pessoal.

Em 2021, retornei à Escola Unidade Integrada José Nogueira como professora dos anos iniciais do ensino fundamental. Uma experiência enriquecedora e essencial para minha formação pessoal, permitindo-me a cultivar o trabalho em equipe e integrar as vivências da vida acadêmica às minhas aulas. Utilizei metodologias que conectavam os conteúdos didáticos às experiências do campo e à realidade da comunidade onde resido, valorizando as culturas e valores locais dentro do ambiente escolar.

O ingresso nas escolas onde iniciei minha trajetória estudantil foi fundamental para minha formação enquanto sujeito social e educacional. Ter frequentado a Escola Família Agrícola Antônio Fontenele e o CEFFA Manoel Monteiro representou muito mais do que apenas estudar: foi a oportunidade de vivenciar uma educação que dialoga diretamente com minha realidade, com minha história e com o lugar de onde venho. Essas escolas me possibilitaram compreender e valorizar a relação entre o campo e o ser camponês, reconhecendo a importância do saber popular, das práticas cotidianas e do pertencimento ao território. São mais do que espaços de ensino: são territórios de resistência, e transformação social. São frutos da mobilização coletiva por uma educação contextualizada, voltada às realidades e necessidades das juventudes camponesas.

O impacto que toda essa trajetória exerce vai além da formação acadêmica: fortalecem a identidade rural, incentiva o protagonismo juvenil e alimentam a esperança de dias melhores a partir da permanência, da valorização da vida no campo e da luta coletiva por justiça social. Falar dessa trajetória é, portanto, reconhecer e afirmar a força de uma educação construída com o povo e para o povo.

3 METODOLOGIA

O presente trabalho caracteriza-se por uma revisão bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo. Ao tratar sobre a luta pela terra e pela educação do campo, mais especificamente da comunidade São Manoel e da escola Unidade Integrada José Nogueira, que fica localizada no município de Lago do Junco, na microrregião do Médio Mearim, este trabalho destina-se a uma reflexão sobre o processo de luta pela conquista da terra e educação para os povos que vivem no campo, além de analisar como a escola Unidade Integrada José Nogueira tem organizado o trabalho pedagógico a partir das matrizes formativas da Educação do Campo.

O presente trabalho constitui-se em uma revisão bibliográfica, pesquisa documental e estudo de campo, fundamentais para o processo de investigação científica. A seguir, segue o quadro metodológico que nos ajuda a situar todo o processo de pesquisa.

Quadro 01 – Organização metodológica da pesquisa

Objetivos	Tipo de pesquisa	Método de pesquisa	Instrumentos da pesquisa
Sistematizar a Educação do Campo no Maranhão;	Pesquisa bibliográfica	Busca em banco de dados artigos, monografias, dissertações, teses que trata sobre o tema; buscar livros na biblioteca da universidade sobre o tema.	Busca em sites como Google Acadêmico, na biblioteca virtual da universidade e banco de teses do CNPQ;
Identificar a luta pela terra e a luta pela educação na comunidade São Manoel no município do Lago do Junco - MA;	Pesquisa de campo;	Entrevista semiestruturada com os moradores da comunidade e lideranças;	Questionário aberto com questões sobre a luta pela terra e pela educação na comunidade;
Analisar como a escola Unidade Integrada José Nogueira tem organizado o trabalho pedagógico	Pesquisa de campo e pesquisa documental;	Para a pesquisa de campo entrevista semiestruturada com os moradores da comunidade e lideranças;	Para a pesquisa de campo questionário aberto com questões sobre a luta pela terra e pela educação na comunidade;

a partir das matrizes formativas da Educação do Campo;		Para a pesquisa documental foi solicitado as organizações comunitárias seus documentos, como atas de reuniões, regimento da instituição; foi solicitado o PPP da escola e planos de ensino;	Para a pesquisa documental: PPP da escola; fotos do acervo pessoal e comunitário; regimento da associação e cooperativa; atas de reuniões e registros;
--	--	---	--

Fonte: Autora, 2025.

Sobre a pesquisa de campo, este estudo foi importante, pois, de acordo com Lakatos e Marconi (2003), a pesquisa de campo é aquela utilizada para conseguir informações acerca do tema, seja de um problema ao qual se busca uma resposta ou hipótese que se queira comprovar. A pesquisa documental é uma fonte de coleta de dados em documentos que podem ser escritos, como arquivos, cartas, relatórios, ou não escritos, como objetos, filmes, fotografias, dentre outras fontes que possam contribuir para a fundamentação de uma pesquisa científica. Já a pesquisa bibliográfica abrange toda bibliografia, dentre estudos do tema já publicados, desde publicações escritas, orais e visuais que contemplem a temática.

Para a pesquisa de campo, a utilização de entrevistas com perguntas estruturadas e semiestruturadas foi fundamental para acessar a memória dos sujeitos, o que possibilitou um aprofundamento na história e a comparação entre tantas histórias, ou seja, a partir da história oral, pudemos caracterizar todo o processo de luta. De acordo com Fraser e Guedes (2004), a entrevista semiestruturada está relacionada com a diretividade e a liberdade de expressão do pesquisador, em que se pode ter um cronograma com perguntas abertas ou tópicos, mas que não há a obrigatoriedade de dar seguimento à sequência.

3.1 Caracterização do local e amostra

A pesquisa de campo foi conduzida na comunidade São Manoel, situada no município de Lago do Junco – MA. Esta comunidade foi fundada por moradores que migraram de outros estados em busca de terras férteis para cultivo e subsistência, prática que permanece como uma das principais atividades locais até os dias atuais.

A agricultura familiar e o extrativismo são atividades centrais na vida da comunidade, onde a maioria das famílias se dedica ao cultivo de vegetais, à criação de animais e ao extrativismo do coco babaçu. Essa produção não apenas atende às necessidades alimentares das famílias, mas também se torna uma fonte significativa de renda, contribuindo para a economia local. Entre os produtos cultivados destacam-se tanto a plantação de arroz, feijão, milho, mandioca, hortaliças e a preservação do coco-babaçu, quanto a criação de aves, gado bovino e suínos, além da pesca.

No município de Lago do Junco, o extrativismo do babaçu se destaca como a atividade econômica predominante. O babaçu é uma palmeira nativa considerada uma das maiores riquezas naturais da região. As famílias locais participam ativamente da coleta dos cocos do babaçu, cuja exploração é fundamental para a geração de renda na comunidade. Os derivados do babaçu são amplamente utilizados em diversas atividades econômicas: a palha do coco é empregada na construção civil; as amêndoas são processadas para a extração de óleo, utilizado tanto na culinária local quanto na produção de sabão e sabonetes artesanais; o mesocarpo pode ser transformado em uma massa rica para pratos tradicionais; e o leite extraído da fruta é um ingrediente valorizado na culinária.

Uma parte significativa das amêndoas colhidas é comercializada para a Cooperativa dos Produtores de Babaçu do Lago do Junco (COPPALJ), onde passam por processamento para a produção de óleo. A renda líquida obtida com essa atividade é revertida em benefícios diretos aos associados, fortalecendo a economia comunitária e promovendo o desenvolvimento sustentável na região. Atualmente, a comunidade é composta por cerca de 100 famílias, com uma população diversificada que inclui crianças, jovens, adultos, homens e mulheres. São Manoel conta com infraestrutura básica, incluindo moradias próprias, acesso à água potável, uma escola e um posto de saúde que oferece atendimentos de primeiros socorros e consultas médicas em diversas especialidades semanalmente. Além disso, a população local valoriza eventos culturais, como festas dançantes, campeonatos de futebol, celebrações de festejos do padroeiro da igreja católica, festas juninas, entre outros.

Para coleta de dados, foram realizadas entrevistas semiestruturadas. Essa abordagem permitiu uma maior flexibilidade na obtenção de informações, possibilitando que os participantes expressassem suas opiniões e experiências de forma mais livre, ao mesmo tempo em que garantiu que questões específicas fossem abordadas. As entrevistas contaram com a participação de quatro moradores, lideranças da comunidade que tiveram relação

direta com a luta pela educação, incluindo a luta pelo livre acesso aos babaquais e a luta pela conquista da terra. Foi aplicado ainda outro questionário com perguntas abertas para os profissionais atuantes da escola local Unidade Integrada José Nogueira, uma instituição pública da rede municipal de ensino, para investigar a organização do trabalho pedagógico, tendo como base as matrizes formativas da Educação do Campo e a relação do trabalho pedagógico com a comunidade.

A instituição desempenha um papel fundamental no desenvolvimento acadêmico dos moradores da comunidade local, onde não apenas ensina conteúdos acadêmicos, mas também fomenta um ambiente de crescimento pessoal e social. A escola acolhe crianças desde o maternal até o 5º ano do ensino fundamental, totalizando 51 estudantes que vivenciam diariamente o ambiente educacional. A escola oferece aulas em dois turnos, adaptando a organização das turmas às necessidades dos alunos, com foco na alfabetização e recomposição de aprendizagem no vespertino. Com esse modelo educativo inclusivo e adaptável, a instituição não apenas ensina conteúdos acadêmicos, mas também fomenta um ambiente de crescimento pessoal e social, preparando as crianças para os desafios futuros.

O corpo docente da escola é composto por moradores da própria comunidade e é formado por 10 professores com formação em Letras, Pedagogia e Licenciatura em Educação do Campo, sendo que quatro destes ainda estão em formação. São dois efetivos e oito contratados pelo município, apresentando ainda uma coordenadora pedagógica, formada pelo curso de Licenciatura em Educação do Campo e graduanda em Letras, uma secretária administrativa com formação em Biologia, contando com dois professores efetivos e oito contratados pelo município.

A gestão da escola conta com uma supervisora escolar estudante do curso de Licenciatura em Educação do Campo e um Gestor Geral formado em História e Licenciatura em Educação do Campo, especialista e mestre em Educação do Campo, e doutorando em Educação. As famílias da comunidade São Manoel e pais dos estudantes da referida escola, em sua maioria, são identificadas como de baixa renda, participando do programa Bolsa Família e praticando a produção agrícola através do cultivo de arroz, milho, feijão, mandioca, legumes e hortaliças. Essa produção é essencialmente voltada para o consumo familiar, formando a base da alimentação das famílias da comunidade e região e garantindo a segurança alimentar.

A presente pesquisa foi realizada entre os anos de dois mil e vinte e três e dois mil e vinte e quatro, assim cabe destacar sobre os resultados referentes a este período no que se refere as metodologias de ensino da escola Unidade Integrada José Nogueira

4 REFERENCIAL TEÓRICO

4.1 A educação do campo e marcos históricos

A luta pela Educação do Campo surge como política de reparação histórica dos trabalhadores camponeses, constituindo-se em um Movimento Nacional da Educação do Campo, que busca romper com a lógica tradicional de educação rural, marcada por uma visão urbanocêntrica e desconectada das realidades camponesas. Esse movimento, que é composto por movimentos sociais do campo, universidades e Pastoral da Terra, reivindica uma educação pública, gratuita e de qualidade, contextualizada e em constante diálogo com a cultura e com o trabalho no campo, em contraposição ao projeto hegemônico do agronegócio.

Essa proposta epistemológica valoriza a identidade camponesa e a formação humana omnilateral, garantindo a práxis pedagógica que dialoga com um projeto de campo, a partir da agroecologia, e a resistência às políticas neoliberais. A luta tem como uma das pautas a criação de políticas públicas que garantam, de fato, uma educação viva no sentido de ter a vida dos sujeitos em todos os espaços educativos.

Um dos traços fundamentais que vêm desenhando a identidade deste movimento por uma educação do campo é a luta do povo do campo por políticas públicas que garantem o seu direito à educação, e a uma educação que seja no e do campo. **No campo:** o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; **Do campo:** o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais (Caldart, 2002, p. 18).

Nesse sentido, os "aspectos que implicam na relação do saber com as práticas de educação desenvolvidas no âmbito formal e informal, postulam que no processo de ensino são mobilizados vários saberes, desde os saberes acadêmicos aos saberes da experiência" (Costa, 2016, p. 801).

Em vista disso, é possível perceber que os cursos da educação do campo trazem essa experiência em sua matriz formativa, que, em sua maioria, são ofertados por alternância, divididos em dois tempos. O Tempo Escola, onde os estudantes ficam um período na escola tendo aulas acompanhadas diretamente pelos professores, e o Tempo Comunidade, onde as aulas do saber científico fazem relação com as vivências e experiências dos estudantes. Em que "o Princípio da Alternância torna possível o diálogo entre os saberes científicos e os saberes populares das comunidades" (Xavier, 2022, p. 29).

A educação do campo é marcada por um processo de luta e resistência dos movimentos sociais, mais especificamente do MST, pois a luta pela educação do campo teve relação direta com a luta pela terra e questões agrárias, tendo em vista que o campo teve escola negada, negligenciada e precarizada. Os trabalhadores têm passado por uma luta em busca de projeto de campo que atendesse toda a sociedade, onde o mesmo só é possível com a garantia de escola pública, oportunizando acesso para todas as pessoas, incluindo esta luta em uma luta por políticas públicas.

Falar de Educação do Campo, de acordo com sua materialidade de origem, significa falar da questão agrária; da Reforma Agrária; da desconcentração fundiária; da necessidade de enfrentamento e de superação da lógica de organização da sociedade capitalista, que tudo transforma em mercadoria: a terra; o trabalho; os alimentos; a água, a vida (Molina, 2015, p. 381).

Santos (2017) retrata que as primeiras articulações do movimento da educação do campo iniciaram em 1997, no Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (ENERA), momento em que houve discussões sobre o direito a uma educação do campo. Houve uma articulação entre o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), o Fundo Nacional das Nações Unidas para a Infância, entre outros movimentos sociais que tratavam sobre uma educação que trabalhasse o ensino de acordo com a realidade dos povos camponeses. Foram realizados estudos e pesquisas para a organização da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo.

Esses debates pontuaram, em parte, os anseios da população que questionava, sobretudo, a formação dos indivíduos pautada apenas nos interesses econômicos e políticos da classe dominante brasileira. A crítica surge em função da não consideração das histórias, sonhos, desejos, limites e possibilidades dos povos do campo. Contestavam ainda as dimensões do agronegócio que fortalece, exclusivamente, a lógica da monocultura para exportação, em detrimento da agricultura familiar e da produção diversificada para abastecer o mercado nacional. Nesse contexto, as políticas públicas de educação implementadas nas áreas rurais

não têm dado conta de acompanhar as especificidades regionais, geográficas e históricas do campo, além da necessária formação que atenda às demandas desta realidade (Santos; Ramofly, 2017, p. 06).

Desse modo, em destaque que é possível perceber a articulação e mobilização dos trabalhadores em busca de uma educação que oportunizasse o acesso à educação pública que representasse a classe de trabalhadores rurais, pautada na valorização da identidade e cultura do campo.

Outra conquista importante foi a criação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). De acordo com Carvalho (2019), o programa foi implementado pelo governo em 1998 e, em seguida, teve sua estrutura administrativa incorporada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, com o objetivo de estimular e fortalecer o desenvolvimento da educação e programas para os sujeitos envolvidos e beneficiados.

Dando continuidade à formação de ensino médio ou técnico profissionalizante, os trabalhadores, ao prosseguirem, despertaram o interesse em aprimorar os conhecimentos e seguir numa melhor escolarização, manifestando os desejos de prosseguir no ensino superior. Assim, os movimentos sociais e grupos organizadores, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), continuaram lutando e, então, constituíram-se a formalização do ensino superior pensado na educação do campo.

O Pronera tem-se tornado, efetivamente, uma estratégia de democratização do acesso à escolarização para os trabalhadores das áreas de Reforma Agrária no País, em diferentes níveis de ensino e áreas do conhecimento. Paralelamente à ampliação dos níveis de escolarização apoiados pelo Programa, foi-se viabilizando, a partir das parcerias com as universidades públicas, a diversificação das áreas de conhecimento propostas por esses cursos, com o objetivo de contribuir para a promoção do desenvolvimento dos assentamentos e das famílias que aí vivem (Molina, 2014, p. 33).

O PRONERA veio objetivando a escolarização dos trabalhadores do campo sem precisar sair do lugar onde moram. Para isso, constitui-se a partir da Pedagogia da Alternância, que integra períodos de estudo presencial em escolas/universidades com atividades práticas no território, garantindo que o conhecimento seja dialogado diretamente com a realidade local. Essa articulação entre ensino, produção e identidade camponesa reflete o compromisso do programa em romper com modelos urbanocêntricos, trazendo um

contexto de ensino e relação com as comunidades, proporcionando a oportunidade e viabilização para conclusão desde a alfabetização ao ensino superior, pois as universidades também formaram convênios e parcerias com o programa. Partindo de demandas históricas por educação contextualizada no campo, o PRONERA garante acesso a cursos desde a alfabetização até a pós-graduação para os povos do campo, alinhando-se às reivindicações por autonomia e sustentabilidade socioambiental defendidas pelos movimentos sociais.

Foram priorizados cursos relacionados ao apoio à produção, na perspectiva da mudança da matriz tecnológica das áreas da reforma agrária, com os cursos técnicos e superiores no âmbito da Agronomia, com ênfase na perspectiva agroecológica e também os cursos de formação de educadores do campo, como os de Magistério e Pedagogia da Terra, objetivando criar condições de ampliação da oferta da educação básica no meio rural, com a formação de educadores dessas próprias comunidades (Molina, 2014, p 34).

A experiência desses movimentos em busca de formação de educadores e educadoras do campo foi importante para o desenvolvimento e contribuição dos estudantes do campo e para a superação das dificuldades. Com os bons resultados nas experiências, garantiu-se parceria com as universidades para criação de cursos de ensino superior, como as Licenciaturas em Educação do Campo, que se materializaram nas Universidades Federais tornando se piloto a nível nacional, dentre estas estão a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Bahia (UFBA), Brasília (UNB), e Universidade Federal de Sergipe (

UFS), sendo uma base para a formação do Procampo.

Molina (2014) afirma que foi mais uma conquista dos movimentos a assinatura do decreto nº 7.352/2010, que instituiu a política nacional de educação do campo, exigindo a elaboração de um programa nacional de educação do campo (PRONACAMPO). Este programa trouxe uma grande ampliação no âmbito da formação de educadores, oportunizando estudar e trabalhar em seus territórios, o que traz novas ideias e busca por demais políticas públicas, como a conquista do lançamento de um novo Edital SESU/SETEC/SECADI nº 2/2012, que veio convidar as universidades a institucionalizar o curso de Licenciatura em Educação do Campo, sendo uma das mais relevantes conquistas dos movimentos sociais, cujas ideias de funcionamento foram pautadas e trabalhadas no Fórum Nacional de Educação do Campo (FONEC).

Com a perspectiva de imprimir maior agilidade ao processo e a manutenção dos princípios da Educação do Campo, o Fonec demandou a criação de uma Comissão

que pudesse acompanhar e apoiar o processo de implantação destas novas Licenciaturas, buscando garantir a presença dos movimentos sociais e sindicais do campo neste processo de ampliação e criar possibilidades de socialização com as novas instituições ofertantes, do acúmulo já construídos na execução das LEDOC pelas universidades que já a executavam há alguns anos (Molina; Rocha, 2014, p 21).

Em vista disso, nota-se que o grupo constituiu um espaço de diálogo onde pudessem discutir os desafios e possibilidades para melhorias na construção deste processo, criando ações como a construção de documentos que subsidiam orientações para criação e reuniões com diversas universidades que desenvolvem o curso, visando encaminhar e alinhar propostas de interesses comuns.

A educação do campo está ganhando cada vez mais espaço no contexto educacional e vem contribuindo para a formação de educadores e educadoras do ambiente escolar, ocupando espaço de conhecimento a nível nacional, marcada pelo processo de luta pelo acesso a uma educação de qualidade e pela resistência e enfrentamento dos desafios para seguir no modelo de educação que atendesse as demandas e necessidades dos povos camponeses, tendo em vista que a educação é um direito de todos, mas que para as pessoas que vivem no campo esse direito é negado ou limitado, o que instiga aos moradores e grupos sociais a continuarem em busca por melhores condições educacionais.

Conforme Rodrigues (2014), graças ao apoio do PRONERA, é possível o ingresso de estudantes em diversas áreas de ensino, como Educação de Jovens e Adultos, Cursos Técnicos profissionalizantes e cursos superiores que inicialmente eram restritos à pedagogia, mas foram aos poucos se estendendo às licenciaturas de História, Arte, Geografia, Letras e demais áreas, assim como os cursos que começaram a chegar pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), como Direito, Agronomia com ênfase na perspectiva agroecológica e Medicina Veterinária, que refletem a compreensão das entidades representantes dos trabalhadores acerca da importância da educação para o desenvolvimento dos territórios em que vivem.

Porém, ao mesmo tempo em que aconteceu a implementação de novos cursos, houve também questionamentos sobre fundamentos legais e organizativos que sofreram ações públicas contrárias à implantação desses cursos, pois o governo não prestava apoio aos trabalhadores para terem acesso à educação, o que consistiu na luta e organização dos movimentos sociais na busca pelo direito, adentrando judicialmente e revelando as

contradições do sistema. Assim, as dificuldades e retrocessos resultaram em avanços normativos legais, conferindo ao programa um novo status de política pública de estado.

4.2 A luta pela Educação do Campo no Maranhão

A educação do campo no Maranhão é resultado da luta e resistência dos trabalhadores rurais e dos movimentos sociais, que buscam garantir o acesso à educação sem a necessidade de migrar para a cidade ou mesmo para outros estados. Essa luta possibilita que os trabalhadores tenham acesso à formação educacional enquanto continuam a desenvolver suas atividades no campo, promovendo, assim, a valorização de suas vidas e comunidades.

Esses movimentos tomam iniciativas em busca de escolas que atendessem estudantes do ensino fundamental e, posteriormente, do ensino médio, juntamente com moradores das comunidades rurais, onde fundaram escolas famílias agrícolas. A partir de 1990, acontecem as maiores articulações em prol do desenvolvimento da educação do campo e busca por parcerias que possam contribuir e fortalecer a educação do estado.

Os movimentos em torno da garantia do direito à educação para as pessoas que vivem no e do campo estão presentes desde a década de 1960, no contexto do MEB, passando pelo movimento da pedagogia da alternância que se expandiu a partir da década de 1980 em diversos municípios maranhenses. No entanto, é no final dos anos de 1990 que este movimento se estrutura em torno da bandeira da Educação do Campo, mais precisamente em 1998, quando entidades e movimentos de camponeses como MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), FETAEMA (Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Maranhão) e a ASSEMA (Associação em Áreas de Assentamentos do Estado do Maranhão) se organizam em torno da implantação do PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária) no Maranhão, em ação articulada com a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Cavalcanti, 2009, p. 03).

Esses esforços têm sido fundamentais para promover o acesso à educação no campo e melhorar a qualidade de vida das comunidades camponesas, refletindo a luta por direitos educacionais. O processo de formação da educação do campo no Maranhão passa por inúmeros desafios, como o reconhecimento da educação do campo como política pública no âmbito estadual e não apenas como existência de programas.

Nesse sentido, exige-se aparato e trâmites legais que atendam às exigências e garantam como política pública de governo estadual os direitos de financiamento e

administração de acordo com as demandas dos grupos. As escolas do campo, como as redes CEFFAs, enfrentam a necessidade da promoção de educação e divergências quanto ao dever do estado, tornando-as escolas privadas que têm apenas parcerias com o estado, mas que não são financiadas integralmente de acordo com as necessidades.

Além disso, outro fator que reflete as dificuldades da educação do campo no Maranhão está relacionado ao desenvolvimento e conhecimento sobre educação do campo e educação rural, pois as escolas públicas estaduais e municipais, em sua maioria, trabalham no modelo de educação rural, onde apresentam dificuldades de infraestrutura e difícil acesso às localizações, mas desenvolvem ensino tradicional de conteúdos e métodos há muitos anos, não focalizando nas matrizes formativas de educação do campo, como a valorização e exploração da cultura camponesa. Cavalcanti (2019, p. 07) afirma que:

Ao mesmo tempo em que os governos estadual e municipais buscam formas de melhorar a qualidade da educação nas áreas rurais, concentrando as ações no desenvolvimento de metodologias, sem discutir a estrutura, o conteúdo e os fins da educação das áreas rurais, movimentos sociais do campo iniciam uma luta por um projeto educativo voltado para a transformação da realidade camponesa, no qual o campo seja concebido como lugar de vida, cultura, produção, moradia, educação, lazer, cuidado com o conjunto da natureza e de novas relações solidárias, que respeitem as especificidades sociais, étnicas, culturais e ambientais dos seus sujeitos.

Assim, é possível perceber que há diferença entre educação rural e educação do campo, sendo a educação rural uma questão de localidade geográfica e a educação do campo abrangendo questões sociais e culturais, trazendo a oportunidade de permanecer no lugar onde se mora sem precisar ir para a cidade para estudar ou trabalhar por falta de oportunidade de políticas públicas que favoreçam a vivência no campo.

A educação rural sempre foi ofertada pelas organizações oficiais e teve como desígnio a escolarização como uma forma de adaptação do meio urbano à zona rural, proporcionando uma ligação entre o homem e o produtivismo, onde os conteúdos trabalhados na zona urbana e na zona rural seriam os mesmos, com os mesmos conceitos, o que, em alguns casos, influencia na produtividade capitalista e na migração de pessoas que moram no campo para trabalharem na cidade.

Ao contrário dessa prática de ensino, a Educação do Campo é resultado da articulação de trabalhadores rurais e movimentos sociais do campo em busca de uma educação que promova a valorização e a produtividade do ambiente rural, que busca por

melhores condições de políticas educacionais, incluindo a luta, as vivências do território camponês, por melhorias na qualidade de vida no campo, pautada na produção agroecológica, enquanto a produção rural está baseada na formação de produtores para o capital.

Em confronto com a educação rural negada, a educação do campo construída pelos movimentos populares de luta pela terra organizados no movimento camponês articula o trabalho produtivo à educação escolar, tendo por base a cooperação. A educação do campo não admite a interferência de modelos externos e está inserida em um projeto popular de sociedade, inspirado e sustentado na solidariedade e na dignidade camponesa (Ribeiro, 2012, p. 300).

Esse processo em busca de uma melhor educação aos camponeses tem ligação com a luta pela terra e questões agrárias, quando os trabalhadores rurais, tendo os lugares construídos por ocupação unicamente para o trabalho da agricultura familiar, sofrem por desigualdade social. Em um determinado período, tiveram as terras que trabalhavam aprisionadas, impossibilitando a realização das atividades de cultivo e extrativismo. Em alguns casos, as famílias foram expulsas de suas residências, passando por muita luta e sofrimento, mas não desistindo da terra, juntando forças com os movimentos sociais e grupos de trabalhadores, pois a luta pela terra é uma luta por questões sociais, luta por trabalho, por comida, por moradia e educação.

De acordo com Macedo e Azar (2023), a educação vem com o objetivo de contribuir para a organização camponesa, oriunda da necessidade do povo do campo em aprender a ler e a escrever para contribuir na busca por melhorias de políticas públicas e sociais, mais especificamente para as famílias assentadas da reforma agrária, tendo a educação como direito para todos os cidadãos.

A luta por uma educação de qualidade para os povos do campo surgiu de um movimento de reivindicações de pessoas marginalizadas da sociedade, "sem direito" à escola e ignoradas pelas políticas públicas, na luta pela terra, acesso à educação, pelo trabalho e pela igualdade social (Cruz *et al. apud* Munarim, 2014). Neste sentido, pode-se frisar, acerca desse contexto, que a educação do campo está ligada diretamente à busca de projetos para o campo vinculada à reforma agrária, à luta pela terra, por questões sociais e melhores condições de vida no campo.

5 TRAJETÓRIA DA COMUNIDADE SÃO MANOEL: LUTA POR TERRA E EDUCAÇÃO

Este capítulo apresenta a trajetória histórica da comunidade de assentamento da reforma agrária, São Manoel está localizada em Lago do Junco, município situado no centro do mapa estado Maranhão, que traça suas interações socioeconômicas e políticas marcadas na luta pela terra e pela educação na comunidade desde sua fundação em 1926.

Concomitantemente à luta pela terra, essa sessão aborda a luta pelo direito à educação, processo que antecedeu até mesmo os conflitos fundiários. São apresentados os desafios enfrentados para garantir o acesso à educação em um contexto de exclusão e precariedade de políticas públicas, sobretudo às escolas do campo. Abordamos ainda nesta unidade a mobilização coletiva de trabalhadoras/es da comunidade para a construção de escolas, a exemplo a Escola Unidade Integrada José Nogueira e a Escola Família Agrícola Antônio Fontenele.

Nesse cenário de mobilização e resistência, a comunidade São Manoel e o município de Lago do Junco contam com importantes organizações sociais que fortalecem a luta pelos direitos dos povos do campo. Dentre elas, destaca-se a **COPPALJ** (Cooperativa de Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco), que atua no comércio e abastecimento das comunidades por meio da venda e troca de amêndoas de babaçu, promovendo a economia solidária e o extrativismo sustentável. A **AMTR** (Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais) tem papel fundamental na defesa do livre acesso aos babaçuais, na luta por políticas públicas e no empoderamento das mulheres camponesas. A **AJR** (Associação de Jovens Rurais), embora atualmente inativa, contribuiu por muitos anos com a formação da juventude rural, atuando na comercialização de subprodutos e biojoias e na promoção de eventos e oficinas de formação. Além dessas iniciativas, é essencial destacar a atuação da **ASSEMA** (Associação em Áreas de Assentamento do Estado do Maranhão), cuja presença foi determinante desde os primeiros passos na organização das áreas de assentamento e no fortalecimento da Educação do Campo.

A ASSEMA tem se destacado por mobilizar ações coletivas voltadas à reforma agrária, à proteção do meio ambiente, à garantia de direitos territoriais e à promoção de políticas públicas voltadas à coletividade. Sua atuação abrange ainda a assistência técnica, o apoio a projetos de geração de renda, a valorização dos saberes locais e o incentivo à formação política de trabalhadores e trabalhadoras do campo, contribuindo diretamente para o desenvolvimento sustentável e a justiça social na região. Complementam esse conjunto as **associações comunitárias locais**, que são responsáveis por organizar as articulações sociais e a logística do assentamento, fortalecendo a autonomia e o protagonismo das famílias da comunidade.

5.1 A Luta pela Terra e a garantia de políticas públicas para os povos do campo

A trajetória da comunidade São Manoel reflete as complexas interações socioeconômicas e políticas que moldaram as localidades rurais no Nordeste do Brasil. Conforme Silva (2024), a ocupação do povoado teve início em dezembro de 1926, quando Antônio Bernardo dos Santos, em busca de um local para construir sua residência, encontrou uma área coberta por uma variedade de plantas, entre as quais se destacava a abundante a árvore São Manoel, o nome do povoado foi inspirado nessa planta.

O local também era habitado por diversos animais que contribuem para a biodiversidade da região, o que permitiu a Antônio estruturar sua família e produzir sua alimentação através do cultivo agrícola, levando ao crescimento e à expansão da comunidade. Posteriormente, outras famílias fortaleceram o processo de ocupação do povoado vieram dos estados do Piauí e Ceará, em busca de estabilidade e fugindo das questões fundiárias de seus estados de origem, porém, muitas narrativas resumem apenas as secas do século XX (Silva, 2024). Inicialmente as terras do povoado eram consideradas devolutas, permitindo que essas famílias construíssem suas moradias onde desejassem e utilizassem a área conforme suas necessidades, com o objetivo principal de produzir alimentos e criar animais.

Mas nem sempre a luta pela terra e a garantia de permanência foi fácil para os moradores, podemos compreender quando Silva (2024) destaca que quando as primeiras famílias chegaram no povoado tinha livre acesso às terras, motivadas principalmente pelo desejo de cultivar a roça para a produção de alimentos. Além disso, as mulheres

desempenhavam um papel fundamental na coleta e quebra do coco babaçu, considerado uma das maiores riquezas da região. As casas das famílias eram construídas com talos e palhas provenientes dos babaçuais, que, além disso utilizavam como recursos que eram essenciais para o cotidiano do trabalho dessa comunidade, até os anos de 1960 quando o babaçu passou a expressar um valor de moeda onde as amêndoas passaram a servir para troca de produtos.

A promulgação da Lei Sarney de Terras em 1969 que legalizou a apropriação privada de terras pelo governo trouxe mudanças significativas para a economia do babaçu, favorecendo o agronegócio e restringindo o acesso das quebradeiras de coco às palmeiras. “Os camponeses passaram a resistir à grilagem, à invasão de suas casas e roças, ao fechamento de sindicatos, aos assassinatos de lideranças populares, dentre outros” (Neto; Amaral, 2021, p 153).

A grilagem de terras consiste em uma fraude deliberada, na falsificação de escrituras de terras devolutas do Estado ou mesmo particulares, porém, essa não é uma fraude individualizada e, sim, generalizada, um pacto entre setores da sociedade e o Estado para a legitimação da apropriação, não só das terras, mas, do próprio aparato estatal por uma classe específica: a capitalista (Santos; Tavares; 2016, p. 365).

A mercantilização das áreas de babaçu levou ao cercamento e à privatização das terras, intensificando compra e venda e dificultando a extração pelas famílias que dependiam dessa atividade para subsistência.

Em São Manoel, no Lago do Junco, a terra e as palmeiras de coco babaçu (*Orbignya phalerata*), que até meados de 1960 eram de uso comum e principalmente destinadas ao uso doméstico passaram a ser apropriadas pelo domínio do latifúndio. Com a declínio da produtividade das roças familiares ou na quantidade de produção, as famílias passaram a depender cada vez mais da coleta e da quebra do coco babaçu para a manutenção dos núcleos familiares. No entanto, esse recurso vital tornou-se alvo de disputa, com famílias de agricultores familiares sendo expulsas por grileiros que praticavam a derrubada de palmeiras e desmatavam a floresta de babaçu para estabelecer pastagens destinadas à criação extensiva de bovinos (Silva, 2024, p. 88).

Logo, as famílias da comunidade já não tinham acesso livre aos babaçuais nem à terra para morar e plantar, enfrentando grandes desafios, dentre eles conflitos agrários. Foi nesse contexto de adversidade que a união e a luta comunitária se intensificaram, fortalecendo a resistência e a determinação em busca de direitos e interesses coletivos.

Silva (2024), narra a experiência de quando os fazendeiros cercaram a terras e não permitiam que as mulheres coletassem o coco babaçu, mas as mulheres se mobilizaram em mutirão para realizar a coleta de forma escondida, pois quando eram vistas pelos fazendeiros, recebiam ameaças e eram colocadas para fora do espaço, quando Adelino Pereira Lima registrou uma ocorrência de invasão de propriedade e as famílias foram ordenadas que não acessassem a área privada/cercada. O conflito se intensificou quando os trabalhadores começaram a lutar pela terra cercada, tentando apossarem do que antes já eram dos trabalhadores e já não tinham mais acesso.

Em Silva (2024), registra-se que os agricultores decidiram fazer uma plantação dentro da área que estavam os bovinos de Adelino e foi quando o mesmo, enquanto isso as famílias sofriam ameaças e já haviam tido conflitos em algumas comunidades vizinhas a São Manoel, em Lago do Junco e os moradores de São Manoel se mobilizaram juntamente com apoio da igreja católica e comunidades vizinhas para permanecerem em suas residências.

Foi na manhã do dia 06 de agosto de 1986 que os policiais armados e acompanhados por um caminhão adentraram na comunidade indicando a intenção de destruir as casas onde os homens precisaram fugir rapidamente com a chegada dos pistoleiros e as mulheres e crianças viveram intensos medos marcados pelos tiros e gritos que clamavam a Deus pedindo proteção, as mesmas foram ordenadas que tirassem de suas casas os pertences em 5 minutos, pois iriam derrubar suas casas e com uma corda amarravam uma bem uma cabo de aço do caminhão e assim eram demolidas as casas das famílias, neste dia foram derrubadas 21 casas dentre elas a Igreja católica com a tentativa de fragilizar a Fé dos cristãos e ali sofriam, mas os trabalhadores realizavam suas práticas e tomavam decisões baseado na doutrina e costumes da igreja católica que foi quem prestou assistência e apoio durante este período de conflitos e as famílias continuavam em orações mesmo que embaixo de laranjeiras mas estavam reunidos pedindo proteção, pois restou apenas a escola João de barro onde servia de refúgio para os pistoleiros (Silva, 2024)

Foram momentos de aflição e medo pois a luta pela conquista da terra trouxe muito sangue derramado inclusive perda de alguns companheiros de lutas que moravam em comunidades vizinhas e estavam prestando apoio à comunidade São Manoel. A paróquia inteira da diocese da regional de Bacabal – MA, se mobilizou e prestou apoio à comunidade.

A preservação da escola como a única estrutura intacta na comunidade assume um significado simbólico poderoso. Enquanto todas as outras construções foram alvo

de destruição e ocupação militar, a escola permaneceu. Ao transformar a escola em sede de quartel militar, os agressores mostram sua intenção de subjugar não apenas o espaço físico, mas também o espaço intelectual e educacional da comunidade. Mesmo diante da adversidade a educação continua sendo uma fonte de inspiração, sustento e esperança de um dia de injustiça e liberdade para a comunidade São Manoel (Silva, 2024, p. 105).

Segundo Silva (2024), os conflitos e contradições agrários em São Manoel não foram resolvidos com a negociação de compra das terras pelo estado, realizada por meio do ITERMA - Instituto de Colonização e Terras do Maranhão. A comunidade São Manoel é marcada pela grande mobilização dos moradores em lutar por melhorias de condições de vida e dentre está a luta pelo acesso à Educação sempre foi um dos principais objetivos da comunidade, e esta luta pela Educação teve início antes mesmo da luta pela terra. A luta pela reforma agrária, não se encerrou na posse da terra.

5.1.1 A luta pela Educação na Comunidade São Manoel

No que se refere aos resultados da pesquisa de campo, partiu-se de um apanhado de entrevistas junto aos dois públicos-alvo, em que consistiu e, entrevista com os representantes da comunidade, bem como na sequência foram entrevistados os profissionais da escola local. Como transcritas as falas desde logo abaixo em destaque com entrevista a lideranças/representantes da comunidade, como em:

A luta pela educação veio até antes da luta pela terra. Porque aqui, no município, não fornecia professores e muito menos estrutura. E aí, os pais que queriam que seus filhos estudassem, eles arrumavam o professor, botavam em suas casas, E aí tinha um local para você se reunir, né? Que era o povo ainda que construía. E isso veio no senhor de João de Barro, que era uma casinha de taipa, só um peitório, coberto de palha. E aí assim, os professores duravam pouco. Até porque na época, a formação dos professores também era bem pequena. Quem tinha a quarta série era o professor, os outros. E a gente dizia que tinha um ensino grande, um ensino maior do que todos, eras esses que eram os professores. Aí tinha o Pretônio, que foi professor (entrevistada: Maria das Dores Vieira Lima/Dôra, Comunidade São Manoel, 2025).

Dôra evidencia como a comunidade assumiu papel ativo na provisão de ensino, refletindo o princípio da alternância, conforme Xavier (2022), e antecipando o modelo de educação do campo proposto por Arroyo (2007), que valoriza saberes locais.

De acordo com o INEP de 2006, "no ensino fundamental de 1ª a 4ª série, apenas 9% apresentam formação superior, enquanto na zona urbana esse contingente representa

38% dos docentes" (BRASIL, 2006, p. 11). Esta realidade reafirma as desigualdades entre as escolas urbanas e as escolas situadas no meio rural, onde muitos professores atuavam, e ainda atuam, muitas vezes possuindo apenas o Ensino Fundamental. E nesse período na escola da comunidade não foi diferente.

A esse respeito, ainda essa entrevista da acentua acerca da educação e a luta no campo para ter, em especial na comunidade São Manoel. Em que salienta de forma enfática:

A Lindete também tudo era pessoas de fora, né? que vinha pra cá aí tinha veio a Canora também de São João da Mata a Antes do Mestre ainda teve outra pessoa e assim, tudo ficava hospedado na casa de pessoas, né? Só assim que nenhum durava dois anos, três anos. Não, era pouco tempo, ia embora. Até que era uma casa diferente, né? E aí quando veio ficar com o professor mais permanente, foi depois... Foi depois que a comunidade já tinha lutado por terra, que já tinha... Porque também teve o mestre que era o Francisco Rodrigues Carneiro que também foi a luta da comunidade e isso acho também da luta pela Terra que foi a comunidade que convidou ele fez o colégio de taipa mesmo, mas ele ficou morando nesta casa, e aí os pais também fizeram contribuição para comprar o banco, e aí ficou tudo mesmo na casa do mestre, que a gente chamava ele Néstor e aí a gente e os pais também eram que pagavam ali e aí ele morou na comunidade quando começou a luta por terra (entrevistada: Maria das Dores Vieira Lima/Dôra, Comunidade São Manoel, 2025).

Ao relacionar a chegada do professor Rodrigues carneiro com a mobilização comunitária pela posse de terra, observa-se um marco importante também de maior autonomia educacional. A construção do colégio de taipa, o alojamento do mestre na própria comunidade e a contribuição das famílias para compra de bancos ilustram o carácter coletivo e auto gestor desse processo. Nesse sentido a educação surge não apenas como um serviço prestado, mas como um elemento intrinsecamente ligado à luta e à organização comunitária, reforçando o vínculo entre permanência do educador, participação social e fortalecimento da identidade local.

Com vista isso, nota-se respaldo na fala de outro representante a essa lógica de luta pela educação no campo. Em que expõe:

A questão da educação do São Manuel, ela é uma história bem longa, né? por conta da dificuldade dos anos 70, 80, que era uma comunidade que a gente não tinha escola. A gente não tinha. Se pegar aqui os anos 70, 80, a gente não tinha uma educação para as crianças. E tinha uma educação para os jovens, que era uma alfabetização. Era o Mobral, era a escola temporária, e muitas pessoas da nossa comunidade estudavam até fora. Muitos estudaram fora da comunidade porque não tinham. E aí, esse foi um desafio, esse desafio para a nossa comunidade foi muito grande. Por exemplo, todas as pessoas que foram alfabetizadas e que fizeram um curso, na época era chamado de ginásio que era até a quinta, quem fazia a quinta naquela época era considerado terminou os estudos era doutor e quem não

conseguia fazer isso ficava ali mesmo na alfabetização aprendia o nome ou nem fazia (entrevistado: Raimundo Ermínio, Comunidade São Manoel, 2025).

O entrevistado ao trazer a trajetória da educação da Comunidade São Manoel apresenta os descasos do poder público com a educação para os povos do campo nas décadas de 1970 e 1980, período em que a falta de escolas para a população do campo. Essa realidade apresentada não foi e não é uma especificidade do estado do Maranhão, mas de todo o Brasil, conforme Molina (2009, p. 04), que destaca a "precariedade das condições de funcionamento das escolas rurais, onde 75% dos alunos são atendidos em instituições sem biblioteca, 98% sem laboratório de ciências e 92% sem acesso à internet", o que evidencia as desigualdades educacionais que é histórica.

Caldart (2004, p. 20), também reforça a necessidade de superar visões reducionistas da educação do campo, refletindo que "é preciso dar um basta na visão estreita de educação do campo como preparação de mão de obra e a serviço do mercado, avançando para uma formação que valorize a cultura, a identidade e os saberes locais".

A fala do entrevistado sobre a idealização do "doutor" para quem concluía o ginásio reflete a hierarquização simbólica entre urbano e rural, que de acordo com Arroyo (2007, p. 165), para quem a escola do campo deve ser "um espaço de formação que abra horizontes ao mundo a partir do chão que se pisa, articulando vivências locais com conhecimentos universais, sem subordinar-se a modelos urbanocêntricos". Políticas compensatórias, como o Mobral, à época, demonstra a falta de compromisso do Estado criticada pelo movimento da Educação do Campo, que defendem uma educação emancipatória, vinculada aos projetos de vida das comunidades rurais.

Nesse aspecto, essa liderança com base em sua formação, luta e vivência histórica na comunidade, completa:

Então essa regional criou, fundou a nossa comunidade. Aí quando nós fundamos essa comunidade, o povoado mesmo é de dezembro de 1926. E aí um dos nossos projetos era a questão da educação porque o nosso, nossa juventude os nossos pais, avós, tudo era analfabeto muito pouco sabia fazer o nome, mas a maioria era analfabeto. E um dos nossos projetos era que os nossos filhos pudessem aprender pudesse aprender e na época a escola municipal do município de Lago do Junco era muito difícil para nós professou tudo de fora vinha tudo de fora, porque aqui não tinha ninguém com capacidade de dar aula e aí a coisa continuou na época o nosso prefeito não dava apoio a esse tema, mas nós discutíamos cobrando do prefeito atual, não quero nem citar o nome, e quando chegou, aí lutamos, passou a década de 80, passou a década de 90, que foi todo aquele processo da reforma

agrária etc., pela retomada da terra, para reconstruir a nossa história do direito da terra, e quando inicia 2000, a gente ainda estava com muita dificuldade de escola, muita dificuldade (entrevistado: Raimundo Ermínio, Comunidade São Manoel, 2025).

O relato de Raimundo Ermínio demonstra como a fundação da comunidade, em 1926, esteve desde o início vinculada a um projeto coletivo que incluía a educação como meta fundamental, a referência ao alto índice de analfabetismo entre pais, avós e jovens da época evidencia o contexto de exclusão educacional histórica vivido nas áreas rurais, especialmente antes da ampliação de políticas voltadas à educação do campo.

A dificuldade de acesso à escolaridade, somada à dependência de professores de “Fora” e à ausência de apoio do poder público municipal, reflete um padrão de negligência estatal que, mesmo diante da mobilização comunitária, persistiu por décadas. O depoimento revela ainda como a luta pela terra e a busca por uma escola de qualidade estiveram interligadas: a reforma agrária, ocorrida entre as décadas de 1980 e 1990, não foi apenas uma conquista territorial, mas também um passo para criar condições materiais e políticas para o exercício do direito à educação. Assim a fala não apenas resgata a memória de resistência, mas também evidencia a relação entre territorialidade, identidade e educação, mostrando que o fortalecimento da escola no campo não é fruto de políticas institucionais, mas, sobretudo, da persistência e organização das comunidades camponesas.

Para tanto, nesse contexto, contribui outro representante em frisar que na comunidade São Manoel a luta pela terra sempre passou pelo viés educacional. E situa:

A comunidade, ela tem sua luta também de educação, também concomitante com o processo de luta pelo Babaçu e luta pela terra. Então, é uma tríade da luta dos trabalhadores e trabalhadoras dos camponeses, das quebradeiras de coco, que se auto-organizaram em movimentos sociais. E aí a luta pela educação, ela entra como uma expansão da luta pelos conflitos agrários, né, como é mais uma expressão da luta pela terra e da luta pelo livre acesso aos babaçuais, que aí compreendemos que a transformação social, ela requer o acesso ao conhecimento. Então a comunidade passou a ver a educação como um instrumento estratégico para essa emancipação. Desde quando derrubaram suas casas, quando ocuparam a escola, os jagunços tornaram a escola que foi construída pela comunidade como um quartel, uma sede da PM dentro da comunidade. Então estava relacionada entre terra, trabalho, babaçu e educação, fundamental para estruturar uma perspectiva uma consciência em prol para a construção de uma escola que dialogasse com essa realidade camponesa com a realidade de trabalhadores rurais com a das quebradeiras de coco E essa luta por educação, ela resultou na fundação de escolas, e aí de escolas com metodologias voltadas para a vida dos trabalhadores, né, que era essa perspectiva do grupo que se já auto organizou para pensar nessa perspectiva educacional que fosse vinculada às aprendizagens, das práticas culturais produzidas na própria comunidade por seus ancestrais e com possibilidades também de futuro (entrevistado: Jessé Lima da Silva, Comunidade São Manoel, 2025).

O depoimento de Jessé Lima da Silva explicita que, para a comunidade São Manoel, a luta pela educação nunca esteve isolada, mas foi parte de uma tríade interligada com a luta pela terra e pelo livre acesso aos babaçuais. Essa compreensão revela que, no contexto camponês e das quebradeiras de coco, as conquistas materiais e simbólicas caminham juntas: defender o território e os recursos naturais é também criar as condições para uma educação contextualizada e emancipadora. O relato resgata momentos de forte tensão, como a transformação da escola em quartel da polícia, evidencia o uso do espaço escolar como instrumento de controle social durante os conflitos agrários.

Para esse líder jovem, é importante destacar o histórico de conquistas a que passou a educação e a luta no campo na comunidade São Manoel. Em que registra:

E aí foi quando pensaram no modelo educacional que fosse atender a essas comunidades, que eles se reconhecessem no processo. E aí foi quando fundaram a escola, a unidade escolar José Nogueira, lá no início já da década de 1990. E depois pensaram também, na mesma perspectiva, porque já não estavam sendo atendidos pela demanda do poder público, pensaram na perspectiva da aproximação, entenderam que o modelo da pedagogia da alternância seria o modelo de uma metodologia que atenderia as perspectivas iniciais quando eles pensaram em construir uma escola para a escolarização dos filhos de trabalhadores e trabalhadoras. Que aí na pedagogia da alternância, ela foi sediada pela Escola Família Agrícola Antônio Fontenelle, e depois também a comunidade teve participação na fundação de escolas de ensino médio, que no caso foi o CEFA Manoel Monteiro. Mas, especificamente, a escola, hoje, que nós chamamos Unidade Integrada José Nogueira, ele teve, sim, o seu processo educacional na comunidade, que começou de forma informal, né, nas reuniões comunitárias, nos espaços coletivos, onde os mais experientes compartilhavam seus saberes, como na produção agrícola, na estratégia, na organização social, mas que traziam professores para fazer, administrarem as disciplinas, que geralmente estavam ligados mais ao saber contar e ao saber escrever e ao saber ler, decodificar as letras. Então, esse processo foi se aprimorando para que esse processo de letramento e de saber leitura, até quando a gente tivesse a leitura do mundo, então eles começaram a entender que esse processo que eles estavam se organizando e financiando o processo deveria ter participação do poder público. Então foi quando eles começaram a se articular pós-conflito agrário para que a gestão municipal assumisse o processo de escolarização da comunidade (entrevistado: Jessé Lima da Silva, Comunidade São Manoel, 2025).

Nessa visão, mediante o que registram as lideranças acima, é notório que a luta pela educação do campo na comunidade São Manoel, perpassa implicações que vão além da busca por terra, mas um pensamento não acomodado por direitos, entre os quais à educação que atendesse as necessidades dos camponeses e camponesas da comunidade.

5.2 A luta pela Educação do Campo via escola local pública em São Manoel

A Unidade Integrada José Nogueira integra a rede pública municipal de ensino de Lago do Junco - MA. Está localizada na zona rural, em específico, no povoado São Manoel. A mesma foi fundada a partir do ano de 1993 com a mobilização dos moradores da comunidade em prol da educação para seus filhos, sendo seu objetivo atender a demanda da comunidade, além de ter um prédio próprio para a realização das aulas e suas atividades pedagógicas.

O seu nome é em homenagem ao patrono José Nogueira, uma vez que o mesmo era um grande apoiador do governo municipal da época e assim, ele hospedava em sua casa os professores que na grande maioria moravam em outros povoados ou na cidade. A partir de 1995 a escola foi ampliada, pois a demanda foi crescendo sendo construídas mais salas de aulas, cantina, despensa, banheiros, secretaria, e ampliado o pátio da escola.

Hoje, podemos contar com uma estrutura, ainda não o ideal, mas atende as necessidades mínimas, mas para chegar aonde chegamos, foi preciso muita luta. Nem sempre a comunidade teve o direito à educação formal, o que se tinha, de acordo com Silva (2024) era uma formação precarizada das séries iniciais, onde alguns concluía a alfabetização, outros conseguia concluir até a 4ª série, atual 5º ano. Para os jovens e adultos que estavam fora da escola se tinha o Mobral, que foi criado durante o período da ditadura militar.

Conforme Santos (2014), o Programa de Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) foi acessado em praticamente todos os municípios Brasileiro através da comissão municipal que visava alfabetizar adolescentes e adultos em parceria com os membros das localidades na organização do espaço e funcionamento com objetivo de diminuir o percentual de pessoas analfabetas visando melhorar a mão de obra e consequentemente aumentar a economia do Brasil.

Nesse contexto, pode-se frisar que a limitação da Educação apresenta os desafios enfrentados e levou os moradores a continuarem lutando por política pública e acesso à educação na comunidade através de reivindicações e mobilização em busca do ensino e aprendizagem de qualidade.

De acordo com Silva (2024), os moradores da comunidade São Manoel sempre tiveram preocupação e lutaram pela educação dos seus filhos, mobilizando a comunidade

para construção de escola, e contratando professores de outras comunidades para lecionarem na comunidade e somente no ano de 1993 foi fundada a primeira escola pública na comunidade para estudantes acima de 07 anos de idade reivindicando os direitos e em busca de parcerias para que os filhos tivessem acesso à Educação ainda na fase criança para serem alfabetizados, mas essa foi uma luta com reivindicação ao poder público e a comunidade São Manoel foi pioneira com o ensino da educação infantil através de um projeto dos movimentos sociais a Associação em Área de Assentamento no Estado do Maranhão (ASSEMA) com o projeto vínculo solidário nos anos de 2000, que visava a alfabetização de crianças que possibilitou a continuidade da luta por educação de ensino Fundamental que representassem os povos camponeses baseados na identidade e cultura dos agricultores.

O ensino também foi melhorado, logo passou a ter professores mais qualificados integrando o quadro de educadores desta escola melhorando o ensino e aprendizagem dos alunos. Apesar dos avanços tanto na infraestrutura quanto no ensino ofertado a Unidade Escolar José Nogueira passou até o ano de 2003 trabalhando somente com a alfabetização e anos iniciais, vale ressaltar que a partir da reivindicação dos moradores, esta foi a escola pioneira no município a trabalhar com a educação infantil, em virtude das lutas dos moradores locais apresentando esta necessidade enquanto demanda pública, para que as crianças pudessem estar frequentando este espaço educacional o mais rápido possível, ainda que as aulas inicialmente tenha iniciado na igreja católica.

Somente em 2004, a mesma passou a ofertar as séries finais do ensino fundamental e a ser reconhecida Unidade Integrada José Nogueira. Apesar disso, a escola ainda não tem todo seu quadro de funcionários preenchido por funcionários concursados, sendo a ampla maioria trabalhadores contratados.

Os turnos de funcionamento da escola são matutinos e vespertinos, sendo seu nível de ensino a educação infantil e ensino fundamental, apresentando sua modalidade o ensino em turmas multianuais. A condição legal da escola é fundamental para garantir a qualidade do ensino e a segurança dos alunos. Portanto a Unidade Integrada José Nogueira é reconhecida e autorizada pelo conselho municipal de educação.

O prédio da escola está localizado em sua sede própria. O mesmo apresenta condições favoráveis para o seu bom funcionamento, sendo que a escola conta com: quatro salas de aulas, uma secretaria, uma biblioteca, uma sala para reuniões, três banheiros, uma cozinha, uma dispensa e um pátio, cada um com seus respectivos tamanhos adequados.

O ambiente escolar apresenta um espaço suficiente e com salas climatizadas favorecendo assim, um ambiente agradável para o bom desempenho escolar dos alunos. A escola também apresenta uma instalação elétrica adequada para as suas necessidades. Quanto a mobília da escola no momento deixa a desejar, pois a escola apresenta uma estrutura muito bonita, mas não há uma mobília com boas condições de uso.

Os alimentos fornecidos na merenda escolar são: café, leite, arroz, feijão, salada, sardinha, mingau de milho, farofa de massa de milho, cuscuz de milho e de arroz, sucos naturais. Parte da merenda escolar provém da parceria da Secretaria de Agricultura por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e outra parte através da secretaria de educação.

Na comunidade, além da escola das Séries iniciais do Ensino Fundamental, também foi fundada a EFA Escola Família Agrícola Antônio Fontenele, para atender as séries finais do Ensino Fundamental, e posteriormente, a escola voltada para ensino médio e técnico profissionalizante, em uma comunidade vizinha, que é o Centro de Ensino Familiar de Formação por Alternância CEFFA Manoel Monteiro.

Atualmente a comunidade São Manoel dispõe de duas instituições de escolas para educação dos estudantes, a Escola Unidade Integrada José Nogueira e a Escola Família Agrícola Antônio Fontenele, a EFA que buscam não apenas trabalhar os conhecimentos pedagógicos, mas também a valorização dos costumes e tradições da comunidade, essas instituições representam importante conquista é resultado da luta e mobilização dos moradores da comunidade, pois os moradores não tinham acesso à educação pública.

É evidente a grande mobilização das famílias da comunidade São Manoel e o apoio dos movimentos como a igreja católica e comunidades vizinhas em busca do interesse comum que a "terra" para trabalhar e cultivar a agricultura fortalecendo os laços de viver em comunidade que mostram a luta e a resistência dos moradores do enfrentamento dos desafios, e mesmo diante das dificuldades a comunidade não parou, continuou lutando por políticas públicas e reivindicar por seus direitos buscando melhores condições de vida na comunidade.

Síntese da seção

A partir das entrevistas, Dôra, por exemplo, descreve a importância da educação comunitária antes mesmo dos conflitos fundiários, assim: “A luta pela educação veio até antes da luta pela terra[...]” (Dora, 2025), percebe-se o protagonismo popular na construção

de espaços minimamente adequado para trabalhar com os estudantes. Essa iniciativa nos mostra o entendimento de Arroyo (2007, p. 165), segundo o qual “a escola do campo deve articular vivências locais com conhecimentos universais, sem subordinar-se a modelos urbanocêntricos.” Enquanto a entrevistada Dora narra o abrigo em casas de taipa e o acolhimento de professores considerados “doutores” por terem a quarta série, Arroyo propõe que a educação do campo deve emergir dessas próprias experiências cotidianas, valorizando saberes e culturas locais. Assim, a prática comunitária de hospedagem de professores em casas de barro e palha dialoga diretamente com a crítica de Caldart (2004, p. 20) à “visão estreita de Educação do Campo como preparação de mão de obra,” apontando para uma pedagogia emergente das necessidades e lutas camponesas.

A lembrança do entrevistado Raimundo Hermínio sobre o Mobral como única alternativa de alfabetização durante as décadas de 1970 e 1980, onde relata que “havia alfabetização de jovens pelo Mobral[...]” (Raimundo Hermínio, 2025), vai ao encontro com a crítica de Molina (2009, p. 4) à “precariedade das condições das escolas rurais,” nas quais 75% não dispõem de biblioteca e 98% ficam sem laboratório. Essas políticas compensatórias, longe de suprir as demandas, reforçam desigualdades simbólicas e estruturais, como argumenta Santos (2017), ao apontar que as primeiras articulações do campo em encontros como o ENERA (1997) buscavam “diminuir a monocultura didática urbana” e promover “diversidade familiar e nacional.” Dessa forma, a dependência do Mobral escancara a distância entre propostas oficiais e as reais demandas camponesas, enfatizando o caráter emergencial de lutas por escolas permanentes e contextuais na comunidade São Manoel.

O depoimento do entrevistado Jessé Lima da Silva, sobre a tríade “terra, babaçu e educação” e a adoção da pedagogia da alternância como resposta local, “é uma tríade da luta[...] a transformação social requer acesso ao conhecimento” (Jessé Lima da Silva, 2025), nesse sentido, essa afirmação dialoga com Xavier (2022, p. 29), que afirma: “o Princípio da Alternância torna possível o diálogo entre os saberes científicos e os saberes populares das comunidades.” Essa articulação entre teoria e prática, evidenciada pela alternância entre tempo-escola e tempo-comunidade, reafirma a proposta de Costa (2016, p. 801) de que “no processo de ensino são mobilizados vários saberes, desde os saberes acadêmicos aos saberes da experiência.” A experiência de São Manoel demonstra que a alternância não é mero

método, mas estratégia de resistência, valorizando o chão camponês e rompendo com a urbanocentricidade do ensino formal.

A história de mobilização para a construção da Unidade Integrada José Nogueira no início dos anos 1990 e a depois a parceria com poder público, dialoga com Molina (2015, p. 381) em que “falar de Educação do Campo é falar da questão agrária e da necessidade de superação da lógica capitalista que tudo transforma em mercadoria.” A comunidade de São Manoel não apenas reivindicou a terra, mas concebeu a escola como espaço político, transformando a infraestrutura precária em conquistas coletivas. Essa trajetória nos mostra a crítica de Santos e Tavares (2016), segundo a qual a grilagem de terras se contrapõe à lógica solidária camponesa, exigindo “políticas públicas que garantam uma educação viva.” A criação da escola, fruto de formação política, aproxima teoria e ação, materializando a luta pela reforma agrária como processo educativo.

Portanto, a luta da comunidade, após a destruição de 21 casas em 1986 e o uso da escola João de Barro em quartel militar, vai “subjugar não apenas o espaço físico, mas também o espaço intelectual” (Silva, 2024, p. 105) e que reflete a análise de Ribeiro (2012, p. 300) quando relata que “a Educação do Campo articula o trabalho produtivo à educação escolar, tendo por base a cooperação.” A resistência, traduzida em orações sob laranjeiras e mutirões de mulheres quebradeiras, nos mostra a “práxis pedagógica que dialoga com um projeto de campo,” conforme Caldart (2004) tanto aponta. Essa experiência de luta comprova que a educação camponesa é, ao mesmo tempo, campo de batalha e instrumento de libertação, conformando uma pedagogia que emerge das lutas sociais e transcende o simples ato de ensinar.

5.3 O Projeto Político Pedagógico da Escola de São Manoel e a Organização do Trabalho Pedagógico

Para tratar do Projeto Político-Pedagógico (PPP) e da organização do trabalho pedagógico da escola, analisaram-se os seguintes documentos: Projeto Político-Pedagógico, Regimento Interno, Plano de Atividades referentes aos anos de 2023 e 2024, e atas de reuniões. Quanto ao PPP, Veiga (2002, p. 02) argumenta que:

O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto

pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. Na dimensão pedagógica reside a possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo. Pedagógico, no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade (Veiga, 2002, p. 02).

O Regimento escolar é composto por 13 páginas, cinco capítulos e nove títulos que regem a organização da instituição de ensino que foi realizado em 2005 e teve atualização mais recente, já o Projeto Político Pedagógico foi construído em 2021, sendo o primeiro PPP feito pela rede pública de ensino do município, o mesmo precisa ser atualizado, mas está estruturado com a apresentação de todo o projeto, em seguida traz a missão da escola, os respectivos itens de identificação escolar, breve histórico da Educação do campo como política pública.

A escola e a garantia do direito à Educação, objetivo da escola, organização de vagas por etapa e modalidade, plano curricular, sistemática de avaliação, considerações finais, referências e apêndices. O documento norteia e articula as práticas pedagógicas apresentando conteúdos que serão trabalhados a partir da realidade social, cultural, econômico e ambiental em que está presente, sendo flexível para atender as demandas dos estudantes guiando as ações para aprimorar o processo de ensino e aprendizagem, apresentando ações pedagógicas da Escola que se pautam na Pedagogia Progressista.

Mais especificamente, na Pedagogia Libertadora de Paulo Freire e na Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos que tem como principais expoentes Demerval Saviani e José Carlos Libâneo, uma vez que tal pedagogia: reivindica ensino público, gratuito, democrático e de qualidade, assim como um relacionamento democrático entre alunos e professor sem abrir mão da diretividade. A realização de projetos e campanhas na escola, tanto de iniciativa própria quanto em parceria, tem sido uma ferramenta importante para o ensino aprendizagem dos estudantes e envolvimento com a comunidade escolar.

Quanto ao Regimento escolar pode se identificar que há previsões sobre o Trabalho de acordo realidade dos estudantes subentende-se quer seja com os níveis de aprendizagem ou socioeconômico e cultural quando diz que:

ART.23. Visando proporcionar ao educando, a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades e satisfatório rendimento escolar, a Entidade Mantedora, prestará aos alunos a necessária assistência escolar em

conformidade com a sua realidade e condições sócio-econômicas e pedagógicas (Escola U.I. José Nogueira. Regimento Escolar, 2005, p. 04).

Não há menção explícita à Educação do Campo nesse artigo, mas cabe interpretar uma liberdade de adaptação à realidade dos estudantes e da comunidade. O PPP (2021, p. 13) explicitamente prevê objetivos como: valorizar a história da comunidade em que a escola está inserida; trabalhar objetos de conhecimento em diálogo com as vivências locais; defender a dimensão política, social e sustentável dos babaquais; promover eventos em parceria com a comunidade, instituições públicas e sociedade civil organizada; e assegurar componentes curriculares que dialoguem com a Educação do Campo.

Dessa forma, o PPP consolida o ensino da realidade local, prevendo estratégias para potencializar a aprendizagem e fortalecer a parceria entre escola e comunidade. Atividades pedagógicas valorizam a cultura social e as experiências vivenciais dos estudantes, tornando-se elemento central na construção de um processo educativo emancipador.

A educação é um processo dialético de construção, por esta razão o processo de aprendizagem tem importância para além da formação profissional. Trata-se de uma emancipação intelectual, desenvolvimento das capacidades humanas, é a própria formação cultural histórico-crítico com uma proposta de abordagem na vivência no campo social, alargando uma conexão de conhecimentos voltados para a construção de uma sociedade consciente, justa e crítica, conhecedora de seu passado desafiador de lutas, resistências, conquistas e ressignificações, este deve ser também o papel da escola, em destaque a educação do campo enquanto direito (Escola U.I José Nogueira, PPP 2021, p. 18).

Ainda conforme o PPP (2021), no que se refere à proposta curricular e ao diálogo com o contexto sociocultural da comunidade, aponta-se a importância da valorização da diversidade cultural local, incluindo atividades que promovam a interação dos estudantes com a comunidade. A proposta pedagógica é alicerce para que a escola estabeleça as conexões e articulações necessárias à compreensão do sujeito em toda a sua complexidade, trabalhando conteúdos por área como linguagens, matemática, ciências da natureza e ciências humanas e utilizando livros didáticos, pesquisas em sites da internet e materiais pedagógicos construídos em casa.

O estatuto da escola é composto por um capítulo e oito seções. No Art. 2º, são apresentadas a finalidade de colaboração com a educação dos estudantes e a importância da parceria entre pais, alunos e professores para promover a integração entre família, escola, comunidade e poder público. Já o Art. 3º complementa esse propósito ao estabelecer que:

Art.3º Constituem finalidades específicas da UEX a conjunção de esforços, a articulação de objetivos e a harmonia de procedimentos, o que caracteriza principalmente por: Interagir junto à escola como instrumento de transformação de ação, promovendo o bem-estar da comunidade do ponto de vista educativo, cultural e social. Promover a aproximação e cooperação dos membros da comunidade pelas atividades escolares (Estatuto da Escola U.I José Nogueira).

Quanto às metodologias de ensino, o Projeto Político-Pedagógico apresenta a organização de turmas por etapas e modalidades, considerando o baixo número de estudantes, o que teve que garantir o ensino em multianos. Atualmente, a escola atende à Educação Infantil (Maternal I e II e Jardim I e II) e aos anos iniciais do Ensino Fundamental em turmas multianos. No entanto, o atendimento aos anos finais do Ensino Fundamental e à Educação de Jovens e Adultos (EJA) depende da formação de turmas e da organização institucional. O uso de projetos como metodologia de ensino para a alfabetização tem se destacado como ponto positivo, pois contribuem direto para o processo de ensino-aprendizagem dos estudantes.

a) Quadro síntese

O quadro a seguir apresenta uma síntese das principais iniciativas pedagógicas desenvolvidas pela Escola Unidade Integrada José Nogueira, destacando objetivos, períodos de realização e benefícios observados. Trata-se de um panorama resumido que torna mais acessível a compreensão das estratégias adotadas para fortalecer a aprendizagem, promover a integração comunidade–escola e valorizar a cultura local. Cada ação listada no quadro será detalhada na sequência, com descrição completa de sua concepção, metodologia de implementação e impactos junto aos estudantes e famílias. Essa abordagem permite visualizar rapidamente o conjunto de projetos e, em seguida, conhecer em profundidade o trabalho realizado em cada um deles.

Quadro 1. Síntese das ações

Projeto	Descrição Resumida	Período	Objetivo Principal	Benefícios Principais
Clubinho do Livro	Encontros vespertinos, três dias por semana, para leitura de contos e histórias literárias com alunos dos	2021–2022	Desenvolver leitura e fortalecer autonomia	Melhora da fluência leitora; estímulo ao

Projeto	Descrição Resumida	Período	Objetivo Principal	Benefícios Principais
	anos iniciais do Fundamental, além das aulas regulares no turno matutino.			gosto pela leitura; incremento da autonomia cognitiva
Visitas Pedagógicas	Segmentação da semana em dias de entrega de material na escola e visitas domiciliares aos alunos, com explicações e acompanhamento individual. Uso de medidas de proteção na pandemia.	2021	Garantir continuidade do ensino durante pandemia	Maior engajamento familiar; reforço das atividades; manutenção do vínculo escola-comunidade
Campeonato de Xadrez	Torneio intraescolar que classifica vencedores por fase municipal e intermunicipal, com premiações em dispositivos eletrônicos ou valores em dinheiro.	Anual	Estimular raciocínio lógico e permanência na escola	Incentivo à permanência; desenvolvimento de pensamento estratégico; integração entre turmas e escolas
Campanha Amiguinhos da ASSEMA (PLECA)	Visitas projetadas em parceria ASSEMA–escola, com rodas de conversa, brincadeiras e debates sobre temas sociais, ambientais, étnicos e raciais envolvendo estudantes, pais e	Anual	Promover lazer, educação e cidadania	Fortalecimento de vínculos comunitários; troca de saberes; valorização de diversidades

Projeto	Descrição Resumida	Período	Objetivo Principal	Benefícios Principais
	associações comunitárias.			
Projeto Memórias e História	Resgate da memória local por meio de feiras, brincadeiras e apresentações culturais; culmina nas festas juninas e no aniversário político do município, reunindo famílias e comunidade.	Junho–Out	Preservar cultura e identidade local	Reforço da identidade comunitária; valorização da história; engajamento intergeracional
Projeto Saúde na Escola	Ações em parceria com secretarias de Saúde, Agricultura e Assistência Social: feiras, palestras, atendimentos médicos e psicológicos, além de debates sobre meio ambiente e nutrição, integrando serviços à escola.	Contínuo	Promover saúde integral e bem-estar	Melhora da qualidade de vida; integração intersetorial; conscientização sobre saúde e meio ambiente
Campanha Busca Ativa Escolar	Levantamento de evasão no início do ano letivo e visitas domiciliares para orientar famílias sobre a importância da frequência, com monitoramento mensal de faltas e reuniões de acompanhamento.	Anual	Reduzir a evasão e melhorar o fluxo escolar	Diminuição da evasão; fortalecimento do acompanhamento individual; maior participação dos pais
Datas e Marcos	Organização de eventos escolares e comunitários em	Contínuo	Reforçar laços	Ampliação da participação

Projeto	Descrição Resumida	Período	Objetivo Principal	Benefícios Principais
Comemorat ivos	datas como dia das mães, festas juninas, padroeiro, dia das crianças e aniversário da comunidade, sempre em parceria com famílias e associações locais.		culturais e sociais	familiar; valorização de costumes; fortalecimento do sentimento de pertencimento
Projeto Alfabetização e Recomposição de Aprendizagem em	Aulas vespertinas de reforço em Língua Portuguesa e Matemática para turmas do 1º ao 5º ano, divididas por níveis de dificuldade, quatro dias por semana.	Desde 2024	Melhorar alfabetização e recuperar defasagem	Aumento do desempenho em leitura, escrita e cálculo; maior tempo de socialização; reforço da autonomia

b) Descrição detalhada as ações

As ações pedagógicas da Escola Unidade Integrada José Nogueira, por meio de projetos, promovem o desenvolvimento dos estudantes, integração escola-comunidade e valorização da cultura local. Essas iniciativas demonstram o compromisso do Trabalho Coletivo por uma Educação do Campo que dialogue com a vida dos estudantes.

- I. Projeto Clubinho do Livro:** O Projeto clubinho do livro foram trabalhados na escola durante os anos de 2021 e 2022 onde os estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental participavam das aulas e seus componentes curriculares no turno matutino e se reuniram durante três dias na semana no horário vespertino para encontros juntamente com a equipe gestora da escola e realizavam leituras de livros literários de histórias e contos infantis, esse projeto favoreceu os

estudantes no desenvolvimento da leitura além das habilidades de desenvolvimento cognitivo e autonomia das crianças.

- II. **Visitas Pedagógicas:** As visitas pedagógicas foram experiências realizadas durante o ano de 2021, quando a sociedade precisou se reorganizar para realizarem atividades do cotidiano passando pelo enfrentamento da pandemia do Covid-19 tendo as aulas paralisadas presencialmente no ano de 2020 e voltando por meio de atividades online e apostilas de atividade no ano seguinte.
- III. **Campeonato de Xadrez:** O campeonato de Xadrez é um projeto municipal realizado anualmente onde os estudantes têm liberdade em participar em suas escolas e realizarem um campeonato com suas próprias turmas, os que melhores desenvolverem o jogo são classificados para a segunda etapa que é uma competição entre os estudantes das diferentes escolas do município e aqueles que forem classificados por categoria de turmas passam para a terceira fase onde acontece um torneio com estudantes do município vizinho que tem as mesmas modalidades no jogo, os campeões do jogo são premiados com aparelhos de mídia digital como por exemplo celulares, tablets e ou quantia em dinheiro, este projeto tem promovido o interesse dos estudantes em permanecer na escola, conhecer outros espaços e se relacionar com outros estudantes que vem contribuindo com o desenvolvimento do educando.
- IV. **Campanha Amiguinhos da ASSEMA:** É um projeto Desenvolvido pela Associação em Áreas de Assentamento do Estado do Maranhão (ASSEMA) que atualmente passou por alteração no nome e hoje é conhecido como projeto PLECA Projeto de Lazer Educação e Cidadania da ASSEMA onde a equipe do projeto realiza uma visita durante o ano na escola em parceria com a comunidade para trabalhar e debater temáticas de interesse social, ambiental, ético e racial, através de rodas de conversas, brincadeiras e trocas de experiências entre o saber popular e científico, durante a realização das atividades é possível contar com a participação dos estudantes, pais e associações existente da comunidade. É um momento de parceria, construção de conhecimento e preservação de valores da comunidade.
- V. **Projeto memórias e história de São Manoel e Lago do Junco:** O projeto consiste no resgate das culturas locais, cultivo e criações vivenciadas pelos

moradores da comunidade através dos conteúdos didáticos e componentes curriculares mais especificamente nos meses de junho a julho onde são trabalhados a memória da comunidade São Manoel concluindo com a culminância no período de festas juninas e tendo e tendo retomada no mês de outubro o mês de representatividade de emancipação política do município Lago do Junco onde a equipe escolar reúne com as famílias e comunidade para resgatar a história e cultura do município através de projetos, feiras, brincadeiras e apresentações sobre a história, identidade e cultura do município.

- VI. Projeto Saúde na Escola:** A escola tem parceria com a secretaria municipal de saúde, onde é possível reunir para trabalharem temáticas referente a saúde humana, sejam com projetos, feiras de ciências, palestras, atendimentos médico na escola, acompanhamento psicológico, assim também como existe esta parceria com outras secretarias do município como secretaria de agricultura que fornece parte da alimentação para a escola, contribui com ações relacionadas ao meio ambiente, além da Assistência social que sempre prestou apoio com Ações sociais e palestras na escola.
- VII. Campanha Busca Ativa Escolar:** A campanha Busca Ativa Escolar é realizada no início do ano letivo onde toda a equipe da escola se reúne para levantamento de informações sobre estudantes que evadiram da escola ou que por algum motivo não frequentam as aulas, em seguida é realizado visitas para as famílias com conversas e orientações sobre a importância da criança na escola e durante o ano letivo nas reuniões mensais os professores juntamente com a gestão da escola fazem observações sobre os estudantes que estão com faltas nas aulas, tendo contato com as famílias para juntos garantir o acesso dos estudantes na escola.
- VIII. Realização de datas e marcos comemorativos na comunidade:** São realizados festividades de datas comemorativos ou marcos históricos da comunidade escolar sejam dia das mães, dia dos pais, dia das crianças, as atividades são realizadas em parceria da escola com a comunidade além de outras festividades como festejo do padroeiro da comunidade, e marcos históricos da fundação e luta da comunidade São Manoel.
- IX. Projeto de alfabetização e recomposição de aprendizagem:** O projeto de Alfabetização e recomposição de aprendizagem entrou em vigor no ano de 2024

onde os estudantes do ensino fundamental de 1º ao 5º ano assistem aula no turno matutino e são contemplados com o projeto no turno vespertino formado por duas turmas divididas por níveis de dificuldades, o projeto conta com dois professores um de Língua portuguesa e outro de Matemática que trabalham com foco na alfabetização dos estudantes.

No que se refere às aulas do projeto acontecem quatro dias durante a semana sendo duas aulas de cada disciplina por dia, o projeto tem contribuído de forma significativa com o desenvolvimento dos estudantes tanto na leitura, escrita, resolução matemática assim como na relação social e convivência com os estudantes das outras turmas e com a equipe de profissionais, tendo um maior tempo na escola o que possibilita momentos de socialização e descontração contribuído com o desenvolvimento acadêmico e autonomia dos estudantes.

5.3.1 Escola, território e resistência na construção da identidade na comunidade São Manoel

Esta seção contextualiza a relação entre a escola Unidade Integrada José Nogueira e a comunidade São Manoel, destacando como o trabalho pedagógico, os projetos e a participação dos sujeitos históricos e lutadores da comunidade e da escola contribuem para a consolidação de uma identidade educacional única, dentro dos princípios da Educação do Campo. Por meio de depoimentos de moradores, professores e lideranças locais, o texto revela o percurso histórico da escola, desde suas origens simples até sua organização atual, fundamentada nos princípios e na valorização da cultura camponesa, da participação familiar e da integração escola-comunidade.

Não se pode perder de vista o pensamento dos sujeitos históricos e atuais da comunidade, que têm suas contribuições e sentem orgulho da história da comunidade São Manoel. Destacam-se, especialmente, as percepções sobre a escola nesse contexto. Como menciona a professora formada nesses meios conquistados, atuante hoje na comunidade e com trajetória como docente na escola local, ela relata:

A escola Unidade Integrada José Nogueira, ela apresenta sua história dentro de uma trajetória que dá início desde 1920, com os primeiros moradores que na comunidade habitava. Poucos tinham acesso a uma educação formal mas mesmo com todas as dificuldades da época que era oferecida tinha algumas pessoas que só conseguiam chegar a primeira e segunda série na época que era chamada e de forma parcial se chegava à quarta série. E aí, por um tempo, teve acesso de forma bem rudimentar à escola, que não tinha um espaço favorável adequado, onde pudesse oferecer uma qualidade e segurança para os alunos. E aí, devido a essa

condição que o ensino funcionava (entrevistada: Leilda da Silva Sousa/ Leane, Comunidade São Manoel, 2025).

A escola mostra assim do quanto serve a comunidade, como expõe a professora, e:

A escola, que era construída de barro, com apenas uma salinha de aula, mas essa contribuiu muito para a escolarização de muitos moradores da comunidade que habitava naquela época. Essa escolinha que existia apenas com uma sala era chamada João de Barro devido às suas características, que era uma casinha coberta de palha e tampada de barro. Essa era a qualidade dessa escola. E os professores da época vinham de outras comunidades distantes ou da própria cidade. E somente em 1993, com a mobilização e reivindicação dos moradores em prol de uma educação melhor, que pudesse atender os seus filhos, essa escola ela foi se ampliando essa escola ela foi se ampliando essa escola a partir do momento que ela foi ampliada ela teve uma demanda da comunidade (entrevistada: Leilda da Silva Sousa/Leane, Comunidade São Manoel, 2025).

A trajetória narrada pela entrevistada nos mostra como a educação na comunidade São Manoel é, desde suas origens, fruto de esforço coletivo e resistência. Nesse sentido, nota-se o descaso do poder público das primeiras experiências escolares onde as casas de barro e palha, turmas pequenas, ensino precário e que tem demonstrando o quanto a escola nasceu do desejo de superação das limitações históricas impostas ao povo do campo.

Essa análise dialoga com Caldart (2012), que aponta que o direito à educação no campo sempre foi um direito negado, reforçando a luta de famílias camponesas por uma escola que fizesse sentido à vida dos camponeses, valorizando saberes e cultura do campo. A escola, ao mesmo tempo que é um espaço físico e simbólico, é construída como extensão da própria comunidade, marcada por poucos que conseguiam atingir séries mais avançadas, mas que, ainda assim, abriam caminhos para o acesso ao conhecimento. Esse contexto reflete a denúncia de Molina (2009) ao abordar a precariedade das escolas situadas nas zonas rurais, onde a falta de estrutura e oportunidades é parte da negação de direitos históricos aos povos do campo. A entrevista ressalta que, mesmo diante de tantas adversidades, as sementes da educação estavam sendo plantadas com esforço, solidariedade e muita esperança.

A ampliação da escola, nos anos 1990, resultante da mobilização dos moradores, nos mostra o sentido de pertencimento e auto-organização da comunidade, elementos fundantes para a consolidação de um projeto educativo emancipador. Como destaca Arroyo (2007), que a escola do campo deve ser um “espaço de formação que abra horizontes ao mundo a partir do chão que se pisa, articulando vivências locais com conhecimentos

universais, sem subordinar-se a modelos urbanocêntricos” (Arroyo, 2007, p. 165). A construção coletiva da escola João de Barro e, posteriormente, da Unidade Integrada José Nogueira, demonstra que esse esforço de vínculo entre educação e identidade.

Veiga (2002) complementa que o projeto político pedagógico deve comprometer-se sociopoliticamente com os interesses reais da população majoritária, e isso se materializa quando a própria comunidade reivindica, constrói e amplia seu espaço escolar. A “escola ampliada”, mencionada na entrevista, revela a força da organização coletiva onde cada melhoria na infraestrutura, cada conquista no ensino, é fruto de luta, pressão e esperança de um futuro mais justo para as gerações do campo, construindo a ideia de que, onde o Estado é ausente ou omissor, a coletividade camponesa reinventa a si mesma por meio da educação e da solidariedade. Nesse sentido, outra liderança comunitária atribui que a escola da comunidade direto com a educação do campo em seu currículo e organização. E frisa:

Educação do Campo valoriza a identidade, a cultura e os saberes das populações rurais. Nesse sentido, é possível ver que existe alguns elementos na nossa escola, em relação a essa valorização, tal como Inclusão de conteúdos que abordam a preservação do meio ambiente e a sustentabilidade; também é possível verificar que há a valorização da cultura local, como festas, tradições, e formas de organização comunitária, que são trabalhadas dentro da escola, além de ter participação da comunidade escolar no processo educativo, com atividades que envolvem pais e outros membros da comunidade, algo que a educação do campo busca, para que assim, se tenha um ensino adequado às pessoas que residem no campo. Esse trabalho se dá de maneira harmônica, considerando que a escola está sempre em busca de criar um elo que liga às famílias. Reconhece-se a importância da participação ativa dos pais e responsáveis no processo educacional, pois, com uma colaboração estreita, o aprendizado dos alunos torna-se mais significativo e eficiente. Para fortalecer essa relação, a escola promove diversas ações, como reuniões periódicas, eventos comunitários, atividades extracurriculares e projetos em conjunto (entrevistado: Rafael, representante da Comunidade São Manoel, 2025).

Nessa linha, a escola tem mostrado ser espaço de ligação com a comunidade em suas lutas e atividades corriqueiras, como expressa:

A exemplo, temos é o projeto de alfabetização e recomposição da aprendizagem, que tem como objetivo desenvolver habilidades fundamentais de leitura, escrita e cálculo, além de identificar e preencher lacunas no aprendizado dos estudantes. Através de iniciativas como essa, a escola reforça o compromisso de construir um ambiente educativo baseado na integração entre escola, família e comunidade, acreditando que essa parceria é essencial para o sucesso no processo de ensino e aprendizagem (entrevistado: Rafael Lima Nascimento, Comunidade São Manoel, 2025).

Nesse mesmo sentido, O entrevistado Rafael destaca que a atual escola do campo “valoriza a identidade, a cultura e os saberes das populações rurais”, incorporando conteúdos sobre preservação ambiental, tradições locais e participação familiar, dimensões centrais do movimento por uma Educação do Campo omnilateral, como propõe Arroyo (2007). Ao mencionar reuniões periódicas, eventos comunitários e projetos conjuntos, ele materializa a ideia de projeto político-pedagógico vivo, que, segundo Veiga (2002), se concretiza em ações cotidianas de integração escola-família-comunidade.

A preocupação em “criar um elo que liga às famílias” evidencia a busca pela gestão democrática defendida por Caldart (2012), em que a escola é território de diálogo e construção coletiva. Ao mesmo tempo, a ênfase na alfabetização crítica e na recomposição de aprendizagens retoma a defesa de Freire pela formação de sujeitos históricos capazes de ler o mundo para transformá-lo. Esses depoimentos confirmam que a Escola José Nogueira superou o modelo rural meramente assistencial, transformando-se em espaço de protagonismo camponês, onde currículo, cultura e luta social se entrelaçam para afirmar a educação como direito e estratégia de emancipação. Em vista disso, a escola na visão de outro líder comunitário, mostra ter sua história diretamente relacionada ao contexto educacional comunitário. Com base em:

Em relação à história da escola e como funcionava, eu sei de pouco, mas pelos breves relatos que eu já ouvi sobre os primeiros indícios de uma escola aqui na comunidade, eu pude perceber que era uma situação muito difícil, mas que trouxe muitas mudanças. E nesses relatos a gente pode perceber também o tanto que a educação é revolucionária. Hoje nós temos uma escola com uma boa estrutura para que os alunos possam se sentirem confortáveis e aprendam da melhor forma e antes isso não existia os alunos, se quisessem assistir a aula sentado, tinham que levar uma cadeira de casa e com o passar do tempo isso foi mudando, algumas coisas foram mudando e hoje é oferecido uma educação de qualidade em muitos aspectos, porém a gente percebe que há um desinteresse por parte dos estudantes. E isso não é algo particular da escola dessa comunidade em todas as escolas, os relatos são os mesmos A gente percebe que antes, apesar da dificuldade. Os estudantes tentavam e se esforçavam mais pela educação e hoje a gente não vê. Tanto isso por mais que já tenhamos conquistado muitas facilidades, esse interesse tem caído por parte dos alunos (entrevistado: Mateus Lima Nascimento, Comunidade São Manoel, 2025).

Em face disso, outra liderança complementa esse pensamento em afirmar que:

A unidade integral da José Nogueira surgiu inicialmente com a oferta de um ensino rudimentar nos anos 80, denominada como Escola João de Barro. A partir dos anos 90, a instituição passou a ser denominada como José Nogueira. Segundo alguns moradores, em homenagem a um morador que hospedava professores que

vinham de outros lugares selecionarem na instituição. Mas sabemos que tudo isso ocorria em um período de pós-conflito pela terra, em que o senhor José Nogueira apoiava a gestão municipal favorável ao ex-proprietário das terras de São Manuel. Neste período, a escola ofertava apenas os anos iniciais do ensino fundamental, com professores com uma formação inadequada para o exercício da docência. A partir dos anos 2000, a escola tem sua estrutura física ampliada, assim como o ensino ofertado, pois a educação infantil passou a ser ofertada inicialmente com o incentivo dos movimentos sociais e os anos finais do ensino fundamental seu quadro de professores passou também a ser composto por profissionais, a ideia de uma escola do campo é recente, pois somente a partir de 2021, a gestão escolar passou a ser composta por pessoas que consideram a realidade social como fundamental para a formação dos estudantes da José Nogueira (entrevistada: Vilane, representante da Comunidade São Manoel, 2025).

A luta pela educação na Escola João de Barro para a Unidade Integrada José Nogueira nos mostra um processo de luta pela educação no campo pautado pela continuidade histórica e pela Organização do Trabalho Pedagógico a partir dos princípios da Educação Básica do Campo. Conforme Oliveira e Campos (2012), essa modalidade visa oferecer “ensino articulado às necessidades sociais, culturais e econômicas das populações rurais, garantindo uma formação que respeite o modo de vida camponês e promova sua autonomia” (Oliveira e Campos, 2012, p. 237).

Nas entrevistas, percebe-se que, ainda que a escola surgisse sob condições precárias e ensino rudimentar nos anos 1980, a mobilização comunitária priorizou sempre o vínculo com a realidade local. Essa trajetória nos mostra o esforço de efetivar o princípio de “ensino no e do campo”, que não apenas reconhece as especificidades do território, mas também valoriza práticas ancestrais e saberes comunitários, condição imprescindível para a formação de sujeitos críticos, participativos e comprometidos com o desenvolvimento sustentável da própria comunidade.

A partir dos anos 2000, a ampliação estrutural e a diversificação do corpo docente, incluindo professores formados em Educação do Campo, expressam o avanço de diretrizes da Educação Básica do Campo em direção à institucionalização de um currículo contextualizado. As autoras reforçam ainda que “essa educação deve combinar conteúdos programáticos com práticas produtivas e culturais locais, promovendo a cooperação e a gestão democrática da escola” (Oliveira e Campos, 2012, p. 238).

A presença de educadores comprometidos com o reconhecimento da realidade social na gestão escolar, mencionada nas entrevistas, confirma a articulação entre teoria e prática, onde a escola não apenas reflete a cultura camponesa, mas torna-se um agente de transformação, onde o currículo emerge do diálogo constante com as necessidades do campo

e da comunidade escolar. De todo modo, pode-se perceber que a escola, a comunidade e suas lutas têm um vínculo desde o início e continua assim nessa linha na atualidade por meio da visão de suas lideranças. Como coloca a liderança abaixo, em:

A José Nogueira priorizou a formação e valorização durante esses anos da identidade dos seus estudantes, assim como o reconhecimento da formação histórica da localidade em que está inserida. Como é o trabalho da educação entre a escola e a comunidade? A José Nogueira sempre valorizou a parceria com a comunidade, pois várias das atividades escolares e extraescolares foram desenvolvidas junto à comunidade (entrevistada: Vilane, representante da Comunidade São Manoel, 2025).

Com isso, observa-se que a escola pública local tem sua rotina alinhada aos objetivos da comunidade, incorporando um currículo ajustado às suas demandas e formando sujeitos para o próprio desenvolvimento e para atuação em sua localidade. É possível compreender que a formalização dessa escola em São Manoel não ocorreu isoladamente, mas resultou diretamente da luta e da resistência dos moradores. Esses atores históricos, movidos pela necessidade de garantir o direito à educação para os filhos de trabalhadores rurais, protagonizaram um processo coletivo que transcende o âmbito escolar: trata-se de uma luta pela permanência e pela dignidade no campo.

A consolidação da escola está intrinsecamente ligada às mobilizações em defesa da terra, à organização das associações comunitárias e ao engajamento dos movimentos sociais, que reivindicam não apenas o acesso à educação, mas também aos recursos naturais, como os babaçuais, e aos direitos territoriais. Esse processo, marcado por conquistas coletivas, tem gerado resultados concretos pois filhos e filhas de agricultores que, tendo acesso à escolarização desde o ensino fundamental, hoje ingressam em universidades e retornam às suas comunidades, contribuindo ativamente para as necessidades locais, especialmente na área educacional e em outras frentes de desenvolvimento comunitário.

Caldart (2012) ressalta que as famílias camponesas e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra mobilizam-se pelo direito a uma escola e a uma educação que valorizem os saberes e a cultura do campo, tornando-os significativos para a vida presente e futura. Essa questão reflete as preocupações de agricultoras e agricultores que tomam iniciativas para assegurar melhores condições de acesso à educação aos seus filhos.

Toda essa experiência revela o verdadeiro significado de viver em comunidade: as famílias rurais unem-se em torno de objetivos comuns, guiadas por um profundo senso de

pertencimento e solidariedade. A busca por melhores condições de vida, por direitos sociais e, em especial, pelo acesso à educação entrelaça-se à fé e à atuação da comunidade cristã, especialmente da Igreja Católica. Essa articulação entre espiritualidade, identidade comunitária e engajamento político fortalece os laços sociais e confere sentido à mobilização coletiva, configurando-se como uma poderosa força de resistência e transformação.

Quase sempre vinculada ao poder dominante, as igrejas buscaram adequar os sujeitos sociais às normas das sociedades nas quais eles se encontravam. Mas, contraditoriamente, ao longo da história, são diversos os movimentos de cunho religioso que se engajaram nas lutas pela terra e pelo direito ao trabalho humano com dignidade. Nas últimas décadas, tivemos, na América A IGREJA CATÓLICA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO: a Teologia da Libertação e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra Antonio Julio Menezes Neto* Latina, o fenômeno da Teologia da Libertação, um movimento religioso muito vinculado às lutas populares e que buscou, nas análises socialistas, especialmente no marxismo, o escopo material para as suas análises sociais e econômicas. Esse movimento ganhou força nas organizações populares do campo e esteve na origem do mais importante movimento social do Brasil nos últimos vinte anos: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). (Menezes Neto, 2007.)

Caldart (2000) destaca a relevância da religiosidade no processo de formação e mobilização dos movimentos sociais, especialmente no contexto do MST. A autora ressalta o papel fundamental das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que atuaram como núcleos de resistência popular durante a ditadura militar, bem como da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que, em articulação com as paróquias, desempenhou papel essencial no apoio à luta dos trabalhadores rurais, contribuindo não apenas para a defesa da terra, mas também para a valorização da Educação do Campo como parte dessa construção de dignidade e justiça social.

A partir das falas das lideranças e representantes da comunidade São Manoel, torna-se evidente que a luta pela Educação do Campo está intrinsecamente ligada à luta pela terra, pela dignidade e pela sobrevivência coletiva. A história narrada por seus protagonistas revela que, muito antes de o Estado reconhecer a necessidade de políticas públicas voltadas às populações rurais, a comunidade já se organizava, mobilizava recursos próprios e construía seus próprios espaços educativos, ainda que improvisados, uma resistência silenciosa, porém persistente, contra a negação histórica dos direitos básicos da população camponesa.

Nesse sentido, a Educação do Campo não é apenas uma demanda por acesso à escola, mas uma expressão política de autonomia e de desejo por um modelo educativo que

dialogue com a vida concreta das famílias rurais. As falas indicam que o ensino sempre foi compreendido como instrumento estratégico de emancipação: aprender a ler e escrever era, ao mesmo tempo, aprender a resistir, a denunciar, a sonhar e a construir alternativas

A busca por um modelo pedagógico mais coerente com a realidade camponesa — como a pedagogia da alternância — surge não como algo imposto, mas como resposta coletiva a uma necessidade vivida e refletida na comunidade. A fundação das escolas José Nogueira, EFA Antônio Fontenele e CEFFA Manoel Monteiro não foi fruto do acaso, mas resultado direto da articulação entre movimentos sociais, memória ancestral, religiosidade, engajamento e ação política. Esse processo de articulação e metodologias próprias é um exemplo concreto de como as comunidades camponesas vêm historicamente construindo suas próprias respostas às desigualdades sociais e educacionais. Reforça Arroyo (2007), a escola do campo precisa ser mais do que um espaço de transmissão de conteúdo; deve ser um lugar de valorização da cultura local, de formação crítica e de produção de novos sentidos para o viver coletivo.

Portanto, a experiência da comunidade São Manoel não apenas denuncia a exclusão histórica vivida pelos povos do campo, mas também revela caminhos concretos de superação. Ela interpela-nos a repensar o papel do Estado, das políticas públicas e da própria concepção de educação, reafirmando que, onde o poder público falha, a coletividade camponesa se ergue com criatividade, resistência e esperança, orientando uma educação emancipadora, popular e voltada para a transformação social

6 CONCLUSÃO

A escola Unidade Integrada José Nogueira representa uma conquista concreta dessa luta. A partir de um modelo educativo contextualizado, essa instituição tem buscado alinhar seu projeto pedagógico às matrizes formativas da Educação do Campo, valorizando a cultura local, as práticas agroecológicas e os saberes ancestrais, além de promover um ensino conectado com a realidade e as necessidades dos estudantes. O protagonismo da comunidade na construção da escola e na reivindicação por uma educação significativa reafirma a importância da gestão democrática e da autonomia das populações camponesas na formulação de políticas públicas.

A metodologia adotada, que combinou pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo e pesquisa documental, mostrou-se adequada para abordar a complexidade do objeto de estudo. Esta abordagem metodológica integrada possibilitou um entendimento profundo sobre os processos educacionais da Educação do Campo na escola José Nogueira, permitindo entender tanto as dimensões teóricas quanto as práticas concretas desenvolvidas no contexto da escola.

As entrevistas realizadas revelam que a educação na comunidade São Manoel sempre foi tratada como uma prioridade, mesmo em contextos de exclusão, violência e ausência do poder público. A resistência das famílias e lideranças locais, aliada à busca por formação docente qualificada e por metodologias que respeitem o tempo e o espaço do campo, fortalece a luta por metodologias que respeitem o tempo e o espaço do campo, fortalece a luta por uma escola que vá além da transmissão de conteúdos e se torne um instrumento de emancipação social e fortalecimento da identidade camponesa.

O objetivo geral foi analisar a Educação do Campo na comunidade São Manoel que foi alcançado através da sistematização das práticas pedagógicas, da identificação das lutas históricas da comunidade e da análise do trabalho com os princípios da Educação do Campo desenvolvido pela escola. Assim, a pesquisa demonstrou que a escola Unidade Integrada José Nogueira tem conseguido articular princípios da Educação do Campo com as questões da comunidade, ainda que enfrente desafios estruturais e de recursos. Para avançar nesse processo investigativo os objetivos específicos, todos foram contemplados, pois foi possível sistematizar o panorama da Educação do Campo no Maranhão, contextualizando-a dentro das lutas históricas dos movimentos sociais do campo e das políticas públicas desenvolvidas

para atender as populações camponesas. Assim como, identificou a trajetória de luta pela terra e pela educação na comunidade São Manoel, que traz à ocupação inicial do território em 1926 por Antônio Bernardo dos Santos e se estende até os dias atuais, marcada por processos de grilagem, resistência e conquista de direitos como o direito à terra e à educação. Por último, foi possível analisar como a escola José Nogueira tem organizado seu trabalho pedagógico, analisando a implementação de projetos educativos que dialogam com as matrizes formativas da Educação do Campo.

Nesse sentido, a pesquisa revelou aspectos importantes sobre a realidade da escola e da comunidade São Manoel e o trabalho identifica a escola Unidade Integrada José Nogueira como percursora de um conjunto de projetos pedagógicos que demonstra seu compromisso com os princípios da Educação do Campo. Entre estes, destacam-se o Projeto Clubinho do Livro (2021-2022), que contribuiu para o desenvolvimento da leitura e autonomia dos estudantes; as Visitas Pedagógicas implementadas durante a pandemia de COVID-19, que garantiram a continuidade do processo educativo; e o Campeonato de Xadrez, que tem estimulado a permanência escolar e o desenvolvimento do raciocínio lógico.

Outro resultado importante refere-se a articulação entre escola e comunidade, demonstrado na Campanha Amiguinhos da ASSEMA (PLECA), no Projeto Memórias e História, e no Projeto Saúde na Escola. Estes projetos demonstram que a escola tem conseguido promover uma educação contextualizada, que dialoga com os saberes locais e fortalece os vínculos comunitários, princípio fundamental da Educação do Campo.

A pesquisa também nos mostra que a valorização da identidade camponesa tem sido uma preocupação central da escola, manifestando-se através da inclusão de conteúdos sobre preservação ambiental, valorização da cultura local e reconhecimento da importância econômica do extrativismo do babaçu para a comunidade. Esta valorização se concretiza nas festividades, tradições e formas de organização comunitária que são trabalhadas pedagogicamente, criando um ambiente educativo que reconhece e fortalece a identidade camponesa dos estudantes.

Portanto, conclui-se que a educação do campo, para além de uma política educacional, é uma estratégia de resistência e de afirmação de direitos. A experiência de São Manoel mostra que é possível construir uma educação voltada para o campo, com base na valorização de cultura local, e na articulação entre escola e comunidade. Assim, este trabalho pretendeu dar visibilidade a essas lutas e conquistas, e reafirma a importância de

continuar investigando e fortalecendo práticas educativas que promovam justiça social, equidade territorial e reconhecimento das identidades camponesas.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria da Guia Gomes, SANTOS, José Ozildo dos. Educação no campo: desafios e perspectivas. **REBES** - ISSN 2358-2391 - (Pombal - PB, Brasil), v. 5, n. 3, p. 59-65, jul-set. 2015. Disponível em: <https://gvaa.com.br/revista/index.php/REBES/article/viewFile/4115/3644>. Acesso em: 03 mar. 2024.

ARROYO, M. G. Políticas de formação de educadores (as) do campo. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 27, n. 72, p. 157-176, 2007.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **A Educação no Brasil Rural**. Brasília: INEP, 2006.

CALDART, R. S. Por uma educação do campo: identidade e políticas públicas. In: MOLINA, M. C.; JESUS, S. M. S. A. (org.). **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. Brasília: MDA, 2004.

CALDART, R.S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 2000. Disponível em: <https://ufrb.edu.br/educacaodocampocfp/images/livro-pedagogia-da-terra-mst.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2025.

CALDART, R.S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo, Expressão Popular, 2012.

CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; GAUDÊNCIO, Frigotto. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: EPSJV; Expressão Popular, 2012.

CALDART, Roseli Salete. **A Educação do Campo**. 2010. Disponível em: https://www5.unioeste.br/portaunioeste/images/files/GEFHEMP/Textos_Bloco_I/01_B_-_Roseli_S_Caldart_-_Educa%C3%A7%C3%A3o_do_Campo.pdf. Acesso em: 01 abr. 2024.

COSTA, Maria Lemos da. Saberes Docentes dos Professores do Campo: Elementos de Mobilizações e Articulações da cultura Campesina. In: CARVALHO, Maria Vilane Cosme de; CARVALHÊDO, Josania Lima Portela(org.). **Caminhos da Pós Graduação em Educação no Nordeste do Brasil**.Terezina-PI. Editora Universidade Federal do PiauíN-EDUFPI p 801. Acesso em 01 abr. 2024.

CAVALCANTI, Cacilda Rodrigues. **O Movimento Pela Educação do Campo e os desafios da construção de uma política pública de educação do campo no Maranhão**. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/11_educacao/o-

movimento-pela-educacao-do-campo-e-os-desafios-da-construcao-de-uma-politica-publica-de-educaca.pdf. Acesso em: 23 out. 2024.

CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; GAUDÊNCIO, Frigotto. **Dicionário da Educação do Campo**. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/1191.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2024.

CRUZ, Glaucielly Garcia *et al.* **A Educação do campo e seus marcos históricos legais**. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/372332097_A_EDUCACAO_DO_CAMPO_E_S_EUS_MARCOS_HISTORICOS_LEGAIS. Acesso em: 28 nov. 2024.

FRASER, Márcia Tourinho Dantas; GUEDES, Sônia Maria Gondim. **Da fala do outro ao texto negociado**: Discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/MmkPXF5fCnqVP9MX75q6Rrd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 nov. 2024.

KOLLING, Edgar Jorge. CERIOLI, Paulo Ricardo. CALDART, Roseli Salete. Educação do campo: Identidade e políticas públicas. **Articulação Nacional por uma Educação do Campo**, 2002 n° 4. Disponível em: <https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/livros-diversos/educacao-do-campo-identidade-e-politicas-publicas.pdf>. Acesso em: 23 out. 2024.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. Disponível em: https://docentes.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india/at_download/file. Acesso em: 28 nov. 2024.

LOURENZI, Lucinéia, WIZNIEWSKY, Carmen Rejane Flores. **A contribuição da educação do campo na formação de sujeitos sociais no município de vista**. Disponível em: https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/373/2019/06/Ragional_Santa_Maria_2013-1.pdf. Acesso em: 02 set. 2024.

MOLINA, Mônica C. ROCHA, Maria Isabel Antunes. **Educação do campo**: história, práticas e desafios no âmbito das políticas de formação de educadores – reflexões sobre o PRONERA e o PROCAMPO. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/5252/3689>. Acesso em: 05 set. 2024.

MOLINA, M. C. **Educação do campo e pesquisa**: questões para reflexão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2009.

MENEZES NETO, Antonio Júlio. **A IGREJA CATÓLICA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO**: a Teologia da Libertação e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2007. Disponível em: <https://ufrb.edu.br/educacaodocampocfp/images/livro-pedagogia-da-terra-mst.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2025.

MOLINA, Mônica C. **Educação do campo e pesquisa**: questões para reflexão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2009.

MOLINA, Mônica. **A educação do campo e o enfrentamento das tendências das atuais políticas públicas**. Disponível em: <https://doi.org/10.22294/eduper/ppge/ufv.v6i2.665>. Acesso em: 02 set. 2024.

NETO AMARAL, Roberval. **A Luta pela terra no Maranhão contemporâneo**: “a Lei Sarney de Terras” e a resistência camponesa. Disponível em <https://www.entropia.slg.br/index.php/entropia/article/view/332/355>. Acesso em: 27 nov. 2024.

RODRIGUES, Valéria da Rocha Lopes, **A Educação do campo no contexto Histórico-Político do PRONERA no Maranhão**. Limites e Desafios. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/89>. Acesso em: 30 nov. 2024.

SILVA, André Luiz Batista da. **A educação do campo no contexto da luta do movimento social**: uma análise histórica das lutas, conquistas e resistência a partir do movimento nacional da educação do campo. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/rbhe.v20.2020.e112>. Acesso em: 01 abr. 2024.

SANTOS, Silvanete Pereira dos. **Educação do campo**: uma história de luta e resistência. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/kirikere/article/download/31859/21779/98193>. Acesso em: 01 abr. 2024.

SANTOS, Ramofly. **História da educação do campo no Brasil**: o protagonismo dos movimentos sociais. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/24758/22819>. Acesso em: 03 set. 2024.

SANTOS, Arlete Ramos dos. CARVALHO, Mauro dos Santos. **O Pronera como política pública educacional do campo**: contextos e contradições. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/revtee/article/view/11466/pdf>. Acesso em: 03 set. 2024.

SANTOS, Frednan Bezerra dos; TAVARES, João Claudino. **Questão agrária e violência no Maranhão**: grilagem, colonização dirigida e a luta dos trabalhadores. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3211/321146417023.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2024.

SANTOS, Leide Rodrigues Dos, **MOBRAL**: A representação ideológica do regime militar nas entrelinhas da alfabetização de adultos. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/criticahistorica/article/view/2961/pdf>. Acesso em: 30 nov. 2024.

SILVA, Jessé Lima da. **Babaçu, Terra e Memória de comunidade**: a história em três tempos de luta. São Paulo Editora Dialética, 2024.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto Político Pedagógico da Escola**: Uma Construção Coletiva. Disponível em:

https://edisiplinas.usp.br/pluginfile.php/5169326/mod_resource/content/1/PPP_uma_construhcao_coletiva%20c%C3%B3pia.pdf%3E. Acesso em: 26 dez. 2024.

XAVIER, Pedro Henrique Gomes. **Formação de Educadores na Perspectiva do Intelectual coletivo: Experiências a partir do Complexo de Estudos na Licenciatura em Educação do Campo da Universidade de Brasília**. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/901152>. Acesso em 13 ago. 2024.

APÊNDICES

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO PARA REPRESENTANTES DA COMUNIDADE

- 1 Qual a História da Comunidade São Manoel e como entra a luta pela educação? Quais situações marcam essa trajetória?
- 2 Como se deu o início do processo educacional na comunidade São Manoel?
- 3 Quais os principais desafios e conquistas nesse percurso?
- 4 Qual a Perspectiva para as futuras gerações em relação ao trabalho em sociedade e a vida em comunidade camponesa, considerando a interação entre a escola e comunidade local?

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO PARA PROFISSIONAIS DA ESCOLA

- 1 Qual a História da escola? Como surgiu? Quando surgiu? E como funcionava?
- 2 Em que momento chega a ideia de ter uma escola do campo?
- 3 Quais os elementos da Educação do campo você identifica na escola?
- 4 Como é o trabalho da Educação entre escola e comunidade?